



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS – UCPEL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

CAMILA DE FREITAS MORAES

LGBTFOBIA: poder e os processos de indizibilização no espaço universitário

PELOTAS
2020

CAMILA DE FREITAS MORAES

LGBTFOBIA: poder e os processos de indizibilização no espaço universitário

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pelotas-como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos para obtenção do título de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Cristine Jaques Ribeiro.

PELOTAS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M827I Moraes, Camila de Freitas

LGBTFOBIA: poder e os processos de indizibilização no espaço universitário. / Camila de Freitas Moraes. – Pelotas: UCPEL, 2020.

90f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos. - Pelotas, BR-RS, 2020. Orientadora: Cristine Jaques Ribeiro.

1 corpo LGBT. 2. LGBTFOBIA. 3. normatização. 4. epistemicídio. 5. universidade.I. Ribeiro, Cristine Jaques , or. II. Título.

CDD 320

CAMILA DE FREITAS MORAES

LGBTFOBIA: poder e os processos de indizibilização no espaço universitário

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pelotas-como parte das exigências do Curso de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos para obtenção do título de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Cristine Jaques Ribeiro.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Cristine Jaques Ribeiro – UCPEL – Orientadora

Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies- UCPEL

Prof. Dr. Eduardo Rocha - UFPEL

PELOTAS

2020

Dedico esta dissertação ao meu pai Ivan Carvalho Moraes (*in memoriam*), que, no seu desacreditar, fez possível enflorcer em mim uma força desejante que se desvela continuamente pelo amor à escrita e à pesquisa;

Dedico esta dissertação ao meu avô Emmanuel Jorge de Moraes, que, mesmo em sonho, nas reminiscências do inconsciente, faz-se presente em todos os meus dias, apoiando-me e iluminando-me;

Dedico, por fim, a todos os corpos LGBTs, que, por conta de sua sexualidade, se veem mortificados. A vocês, rogo-lhes: mantenham-se corpos em RESISTÊNCIA!

Aos demais profissionais e à sociedade num coletivo, que, independentemente de seus ofícios, se dispõem a falsear verdades impostas e a pôr em atos as ações para combater quaisquer discursos ou práticas que subjugam toda forma de existir, de ser e de amar.

*“[...] Pra quem não saber amar [...]
Vamos pedir piedade
Senhor, Piedade!
Pra essa gente careta e covarde
Vamos pedir piedade
Senhor, piedade!
Lhes dê grandeza e um pouco de coragem”*

(CAZUZA, 1988, ÁLBUM IDEOLOGIA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Lucélia Moraes, pelo seu incansável cuidado, amor, zelo, por suas palavras de apoio e incentivo, especialmente no que diz respeito à minha saúde mental, e por não me deixar desistir frente aos (des) caminhos e (des) encontros que apareciam no transcorrer dessa jornada. Sinto sua felicidade e seu abraço de conforto, iluminando com paz, luz e fé todos os meus dias.

Ao meu grande-Outro tão essencial em minha vida, à minha avó Antônia Freitas (Dona Nega), que me ensina desde a tenra idade tudo aquilo que conheço sobre o amor. Gratidão por teu cuidado, teu consolo, teu colo, tua escuta e tuas orações.

Agradeço à minha metáfora materna, que me gerou pela via do desejo e, desde então, só há amor em cada detalhe, constituindo-se como alguém que especialmente não me faz desistir da caminhada, sendo cais em todos esses 32 anos. Dinda “Lala”, te amo imensamente.

Ao meu tio Paulo, por seu amor e por ser função paterna desde os meus sete anos de idade e por ter me ensinado desde a tenra idade o valor da atividade da pesquisa, dos livros, da poesia e da música, por apostar em mim muito mais do que financeiramente, mas, sobretudo, enquanto sujeito do inconsciente.

Agradeço ao meu amado e companheiro de vida, Diônata Garcia, pela paciência, apoio, sobretudo, tecnológico; por seu amor e cuidado diante dos diversos momentos em que não pude estar em sua companhia, por estar envolvida com os livros, com os seminários, congressos científicos e com as atividades oriundas da pesquisa.

Aos meus filhos simbólicos e tão amados Winicius e Adam Kevin, que quando adultos possam ler essa dissertação e compreenderem não só a minha ausência, mas também que são eles o meu sustento, amor e refúgio, e, assim, perceberem o quanto suas existências são de suma importância.

Às minhas tias Ildécir Freitas e Hervanilse Freitas; ao meu padrinho Eduardo Moraes; ao tio Ilderson Freitas, às minhas primas Letícia Freitas e Beatriz Moraes; à minha sobrinha Luana Freitas e ao fim Alexandre Collares, que transcende os laços familiares, por ser, também, um grande amigo. Sou imensamente grata a vocês pelos incentivos desde os tempos primevos que antecedem o momento da minha formação enquanto psicóloga. Assim, através de vocês, transfiro meus

agradecimentos aos demais familiares que apostam que a Educação salva, pois acreditam ser somente por essa via que a revolução e a emancipação social possam vir a se dar.

Agradeço à Deisy Jaques, que me motivou a participar do processo de seleção para este programa de Pós-Graduação. Foram tantas conversas e conselhos, incentivos, desabafos. Obrigada, amiga! Tu és parte essencial desse processo!

À orientadora Cristine Jaques, exemplo de mestre, uma pessoa comprometida e dedicada ao trabalho de ensino e pesquisa. Obrigado por confiar em mim desde a gênese deste trabalho e pelas preciosas contribuições. Especialmente, porém, obrigada pela atenção dispensada, bem como pela paciência e escuta que teve em nossos encontros acerca das correções, sugestões e do desafio da temática de modo a não medir esforços para que esta pesquisa se concretizasse. Contigo também aprendi a ler o mundo através do sentir, que ultrapassa os significantes da fala; grata por me ensinar que a Educação é um ato revolucionário, porque ela promulga a libertação do ser. Obrigada por confiar em mim para além da academia, pois seu apoio foi e ainda permanece sendo fundamental em toda a minha vida.

Agradeço aos professores Roseane Torres, Amanda Cruz, Gedeão Oliveira, Eline Pereira, Rudimar Mendes, Ernani Chaves, Vini Rabassa, Tiago Lemões, César Augusto e Tiago Nunes pelos valiosos incentivos, pelo olhar cuidadoso e pelas parcerias diante da atividade da pesquisa.

Aos professores participantes da banca de defesa, é sempre uma dádiva ouvi-los. Meus sinceros agradecimentos, professor Dr. Eduardo Rocha e professor Dr. Luiz Antônio Bogo Chies.

À minha amiga Roseli Pinto, que, de modo incansável, apostou em mim enquanto profissional, por seus conselhos e carinho, bem como por todas as correções gratuitas dos meus trabalhos acadêmicos.

Aos amigos e impulsionadores de sonhos e que me apoiaram desde o início desse processo Luciane Melchioris, Joanne Pedro, Guaratan e Paulo Aviz.

Às minhas amigas e irmãs Márcia Klen, Beatriz Mauler, Érika Melo, Arynna Barbosa, Roberta Padilha, Larissa Reis, Maritânia Rafagnin, Jéssica Leonardo e Taynah Aviz que tanto me ensinam, compreendem, apoiam, torcem e acreditam em mim enquanto pessoa e profissional. Sobretudo, a ti, Taynah Aviz, que me ensina

diariamente a construir novos caminhos e desconstruir outros, especialmente em relação à diversidade sexual; por sua escuta atenta e amorosa, de maneira especial, nos dias exaustivos e chorosos. Obrigada por deixar mais leve a minha vida como um todo e por me ajudar nesse processo contínuo e doloroso de ser parida enquanto sujeito social. Grata por sua força, seus ensinamentos, sua irmandade. Essa dissertação não é sobre você, mas para você.

Agradeço a todos os amigos e colegas pertencentes à comunidade LGBT, com vocês e entre vocês aprendo a ser mais comprometida e descolonizo-me diariamente do ofício que me propus a seguir. Desse modo, sigamos de mão dadas sempre!

Agradeço pelos maravilhosos e enriquecedores momentos vividos no Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental/ Observatório dos Conflitos da Cidade, em especial ao Nino e à Carla Graziela por todas as trocas, parceria e amizade. Vocês foram e permanecem sendo de suma importância em minha vida, para além dos muros acadêmicos.

Agradeço a Rita Sodré e ao Diego, pela paciência, cuidado e por todas as dúvidas tiradas no decorrer desse período do mestrado, vocês são muito mais que colaboradores e secretários do PPGPSDH/Ucpel, vocês são seres de luz que atravessaram minha existência nesses dois anos de muito aprendizagem.

Agradeço a CAPES, pois sem bolsa nenhum passo poderia ter sido dado.

Por fim, agradeço à coordenadora Aline Mendonça e aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos (PPGPSDH) pela formação acadêmica que me foi transmitida.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Trabalhos encontrados no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos com a temática LGBT	65
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GGB	Grupo Gay da Bahia
LGBT Transgêneros	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e
PPGPSDH Humanos	Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos
PPGSC Comportamento	Programa de Pós-Graduação em Saúde e
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
TGEU	Transgender Europe
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Considerações sobre o lugar de fala da pesquisadora	14
1.1.1. Da constituição primordial ao laço social	14
1.1.2. Sobre a temática	16
1.1.3. Enflorescer	17
2. ENTRELACES ENTRE CORPO E SEXUALIDADE	19
2.1. O corpo enquanto constructo sócio histórico	21
2.1.1. Corpo munido de sexualidade.....	28
2.1.2. Sobre a sexualidade.....	36
3. LGBTFOBIA: ‘NÃO É OPÇÃO, É CONTROLE DA POPULAÇÃO’.....	44
4. A UNIVERSIDADE: DOS PROCESSOS DE INDIZIBILIZAÇÃO AO PONTO DE INFLEXÃO	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	79

RESUMO

A dada dissertação buscou investigar como as Relações de Poder e a Biopolítica apresentam-se enquanto táticas de poderes/saberes que excluem e mortificam os corpos que se encontram na contramão da heteronormatividade. Nessa lógica que o pensamento de Michel Foucault se apresentou como essencial para tal apreensão, pois é a partir da noção foucaultiana que tais questões tiveram seus desdobramentos, sendo utilizadas a disciplinarização e a classificação dos corpos e o uso de seus prazeres como eixo principal para se pensar e construir a temática. Porém, no transcórre do estudo, observou-se que há um poder que transcende a biopolítica, essencialmente, nos territórios coloniais como o Brasil. Por isso, as discussões postas em voga se deram também na compreensão da necropolítica que se perfaz sobre o corpo LGBT. Nesse sentido, utilizou-se do pensamento de Achille Mbembe para expor que os processos de mortificação do corpo e de indizibilização acerca da diversidade sexual apresentam-se desde o período colonial, mas se remontam nas sociedades contemporâneas pelo fenômeno da lgbtfobia. Esse é um problema social que tem tido um crescimento escalar no que diz respeito ao pensamento lgbtfóbico, legitimado por setores de considerável poder na sociedade, a saber: a política, a universidade, a medicina e os discursos religiosos pregnantes. Tem-se então como objetivo ao longo do trabalho discutir os conceitos pertinentes à lgbtfobia enquanto construção social, no intuito de desmistificar os pensamentos, saberes e comportamentos que corroboram e legitimam os discursos de ódio e de violência que avalizam tais corpos, tanto em sua materialidade, quanto em sua subjetividade, especialmente, no espaço universitário. Para tanto, enquanto metodologia da pesquisa, utilizou-se da pesquisa qualitativa que a partir da revisão bibliográfica e da análise documental se pudesse analisar como a diversidade sexual tem sido discutida na seara acadêmica, o que inclui as próprias produções científicas. Por fim, a apreciação a ser feita aponta para a urgência de uma educação contra hegemônica, o que inclui a própria universidade como um lugar de construção dessa nova política educativa em relação à lgbtfobia e da implementação de políticas públicas focadas na diversidade sexual. A lgbtfobia constitui-se enquanto violência social que precariza vidas e priva estas do acesso a políticas sociais. Por isso, já não pode ser compreendida meramente como algo de cunho subjetivo e individualizante, mas sim, enquanto uma luta coletiva, luta cuja responsabilidade a universidade, enquanto espaço político, tem de tomar para si. Dessa maneira, será possível construir processos emancipatórios e de dizibilidade em defesa da vida.

Palavras-chaves: Corpo LGBT. Lgbtfobia. Normatização. Epistemicídio. Universidade. Sexualidade

ABSTRACT

The dissertation sought to investigate how Power Relations and Biopolitics are presented as tactics of powers/knowledge that exclude and mortify bodies which are against heteronormativity. In this logic that Michel Foucault's thought presented as essential for such apprehension because it is from the foucaultian notion that these issues had their deployment, being used disciplinarization and classification of bodies and the use of their pleasures as the main axis to think and build the theme. However in the course of the study it was observed that there is a power that transcends biopolitics essentially in colonial territories like Brazil and for this reason the discussions in vogue also took place in the understanding of the necropolitics that take place on the Lgbtbody and in this sense it used the thought of Achille Mbembe to expose that the processes of mortification of the body and for the unspeakable about the sexual diversity have been present since the colonial period but that reassemble in the contemporary societies by the phenomenon of lgbtphobia. This being a social problem which has had a scalar growth as regards lgbtphobic thinking legitimized by sectors of considerable power in society as politics, university, medicine and in the form of religious speeches. Throughout the work concepts relevant to lgbtphobia as a social construction will be discussed, in order to demystify the thoughts, knowledge and behaviors that corroborate and legitimize the hate and violence discourses that endorse such bodies both in their materiality and in their subjectivity. For this purpose as a research methodology bibliographic review and document analysis were used to analyze how sexual diversity has been discussed in the academic field that includes the scientific productions themselves. Finally the assessment to be made points to the urgency of an education against hegemony which includes the university itself as a place of construction of this new educational policy that confers lgbtphobia as well as the implementation of public policies focused on sexual diversity. Justly because lgbtphobia is constituted as a social violence that makes lives precarious and deprives them the access to social policies and therefore they can no longer be understood merely as something of a subjective and individualizing nature but as a collective struggle, this struggle where the university as a political space has to take responsibility for itself so that in this way emancipatory and sayability processes can be built in defense of life.

Keywords: LGBT body. Lgbtphobia. Standardization. Epistemicide. University. Sexuality.

1. INTRODUÇÃO

A motivação principal deste tema para a dissertação é escrever sobre aquilo que se apresenta indizível frente as discussões no campo da sexualidade na seara acadêmica, bem como, salientar as possíveis aberturas que surgem desse processo e cuja as possibilidades se encaminham para que o dizível venha à tona. E por isso, então, busca-se compreender a questão do corpo e da sexualidade na perspectiva foucaultiana, na qual a biopolítica apresenta-se enquanto gestão da vida para a morte. A posteriori, buscando suturá-la com a noção de necropolítica de Achille Mbembe, que se dá para além da biopolítica, uma vez que se trata da subjugação da vida ao poder da morte, sendo o corpo LGBT pensado a partir dessas questões numa inter-relação com o espaço universitário. Supõe-se que este é um lugar onde a lgbtfobia se manifesta pela via do poder e, conseqüentemente, da violência (física ou simbólica). Frente a essa questão, busca-se construir articulações que promovam ações educativas e preventivas acerca da defesa da liberdade da diversidade sexual, com o intuito de problematizar o que concerne ao fenômeno da lgbtfobia e de construir espaços e políticas outras, em que o respeito a toda e qualquer forma de existência possa ser manifestado de modo livre e equânime.

Para tanto, é com Louro (1997) que os espaços educativos e a questão da violência frente à sexualidade vêm ser pensados, especialmente no âmbito escolar enquanto palco de discriminações e preconceitos que reiteram os padrões de gênero e de orientação sexual. Entretanto, aqui, essa questão estender-se-á ao âmbito universitário enquanto lócus de produção e reprodução da lgbtfobia.

Portanto, não se pretende esgotar o debate teórico nem estabelecer uma linha legatária consolidada sobre algumas das perspectivas teóricas acerca das questões sexuais. A discussão que se pretende realizar será em torno da noção de corpo e de sexualidade, a qual se acredita ter sua gênese no seio social e nas interações entre os indivíduos, trazendo à baila diferentes pontos de vistas para se compreender como tal questão delinea-se no âmbito social, sobretudo, quando se está em pauta o corpo LGBT.

Como sinaliza Borrillo (2010), a sociedade fabrica papéis sociais a serem cumpridos, e estão inclusos nesses a modulação dos corpos, da sexualidade, dos prazeres e a relação com e no social. Por esse ângulo, as pessoas que subvertem

tal normativa são tidas enquanto sujeitos marginais, logo, estando à margem do que fora imposto e consolidado enquanto norma, transpondo na busca de uma inter-relação com os conceitos acima supracitados e tentando compreender a Universidade a partir da noção de Relação de Poder, tal qual Foucault ensina. Supõe-se, então, que a universidade seja um lugar organizado e fabricado através de uma dada normativa, onde se interpela o exercício do poder. A partir disso, é que se discutirá se a Universidade, frente à diversidade sexual, expor-se-ia enquanto um espaço que se apresenta pela via do controle, da exclusão e dos processos de invisibilização dos sujeitos LGBTs.

Contudo, é nas aproximações interseccionais entre as teorizações que versam sobre a sexualidade, a racialidade e os processos de colonialidade, bem como, com os autores pós-modernos, que, embora diferenciados, se entrecruzam com a noção de poder. O “poder” é entendido, aqui, por assim dizer, enquanto um regime classificatório e regulatório que se perfaz pela via da dominação, tendo como operacionalização atos e práticas discursivas que naturalizam, constroem e produzem num contíguo a manutenção de sistemas hegemônicos e produções de morte de corpos não-hegemônicos.

1.1. Considerações sobre o lugar de fala da pesquisadora

1.1.1. Da constituição primordial ao laço social

A fim de auxiliar os leitores acerca do lugar de fala da pesquisadora frente à presente escrita, fez-se a opção de trazer à tona uma breve lembrança histórica no desenvolvimento de tal processo. A análise discursiva, embora seja vertente do campo da linguística, estende-se a outros saberes, porquanto se apresenta também na relação da ideologia, do materialismo histórico e da psicanálise (ORLANDI; GUIMARÃES; TARALLO 2009).

Nesse processo de enunciação, questiono-me: quanto custa ser quem somos? Especialmente diante do julgamento que nos coloca os impasses frente à sexualidade ou à diversidade sexual. Obviamente, frente à diversidade sexual eu só posso supor, já que me encontro diante de uma heteronormatividade e apenas nutro o sentimento de resistência junto àqueles que sentem e veem seus corpos mortificados pelo Poder que os cruza. Nesse lugar outro em que me encontro, denomino-me de polífona, pois não sou abarcada por questões nas quais a

diversidade sexual está em pauta, mas, atravessada por questões outras, como a raça e o gênero.

Bem assim, demarcada por um corpo preto e feminino, ao tecer esses apontamentos, surgem-me as primeiras reminiscências infanto-juvenis, que se desdobram por uma família da capital do Norte do país, constituída pela classe trabalhadora. De um lado, a família paterna alicerçada pelo e/ no campo da pesquisa acadêmica, sendo a função do status quo o doutoramento. Função subvertida no momento em que meu pai decide ir para o interior, vindo a passar num concurso público do Fórum, tornando-se oficial de justiça e, posteriormente, casando-se com minha mãe, sendo esta professora do ensino infantil e doceira. A família materna, por sua vez, constituída por comerciantes, professores, agricultores, que buscam pela via do trabalho o auxílio à supressão das necessidades materiais concretas de seu dia a dia.

Já ao que compete à minha constituição profissional, aos dezessete anos, ingresso para Universidade do curso de Direito em Belém. Após cursar por dois anos e meio a dada graduação, desisto de prosseguir por não conseguir inter-relacionar prática e teoria. Fico, então, por seis meses, atuando enquanto secretária administrativa numa dada empresa e, por conseguinte, vindo a ser assessora de um advogado da capital pelo período de um ano.

Aos vinte e um anos, retomo os estudos e consigo ingressar na Universidade, no curso de Psicologia. Concluo o curso de Psicologia no ano de 2015 e, no mesmo ano, por motivos pessoais, venho morar no Rio Grande do Sul. Consigo, então, ingressar no mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS- no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise e Cinema, que não fora concluído por questões de cunho financeiro. Nos anos de 2017 e 2018, especializo-me em Saúde Mental e, no final do mesmo ano, consigo ingressar no Programa de Pós-Graduação de Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Atualmente, participo do Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental/ Observatório dos Conflitos da Cidade, com questões que se transversalizam com a temática LGBT e o Direito à Cidade. Por fim, agora na condição de bolsista, atuo com projetos de pesquisas, pesquisa e extensões, seminários e publicações, tendo como eixos temáticos de meu interesse: sexualidade, arte, psicanálise, gênero, cidade, população LGBT e raça.

1.1.2. Sobre a temática

Neste íterim familiar, outrora mencionada, assisti aos avessos que se apresentavam e que me constituíram no que compete à cultura, à religiosidade e à política. E lançada fui no social, em meios aos contrastes de Frank Sinatra a Chico Buarque. Vi, também, o quanto o machismo, o preconceito e a discriminação acerca da sexualidade demarcaram minha posição de sujeito e pesquisadora frente ao luto e ao medo. Especialmente, ainda na tenra idade, quando um colega de sete anos de idade, embutido em seu discurso o desejo de ser do sexo feminino, consecutivamente frequentava as aulas transvestido com as roupas íntimas de sua irmã, a qual sempre se punha a mostrá-las. Mas, numa dada ocasião, na Escola Clériga, onde estudávamos, seu pai fora chamado por uma das professoras, devido a tais discursos que este menino de sete anos espalhara sobre o seu desejo de tornar-se menina, pois tais discursos estavam a ‘tumultuar’ as aulas. O pai, ao examiná-lo e perceber que este estava trajando calcinha ao invés de cueca, roupas íntimas condizentes ao seu sexo, no caso, o masculino, obriga o seu filho a ficar nu em frente ao pátio da escola e a se dirigir assim até o carro.

Pensando aqui nas relações de poder frente à sexualidade. Um exemplo dessas relações é a atitude desse pai ao desnudar o seu filho para que ‘nós’ pudéssemos observar as ‘desordens sexuais’ deste. E que tais ‘desordens’ devessem ser corrigidas pela vergonha, pela moralidade, pelas orações e, ao fim, como se pôde constatar a posteriori, com medicações hormonais para que este pudesse vir a ser ‘homem’. Dito isso, observa-se que os discursos e os corpos são silenciados com intuito único de manter a ordem moral e religiosa de uma dada sociedade. Como nos ditos de Natividade (2011, p. 151):

Existe um senso comum difuso na sociedade brasileira que opera com categorias psicologizantes, respaldando a noção da homossexualidade como um defeito, uma anormalidade. Nesses discursos, entende-se que a sexualidade humana teria um único curso de desenvolvimento: todas as pessoas deveriam ser heterossexuais. O suposto de que algo ‘deu errado’ revela a persistência de uma atribuição de valor negativo à homossexualidade e à diversidade sexual.

Seguindo tal premissa, Machado (1979, p. 12), ao tomar como base o pensamento foucaultiano, compreende a questão do poder como:

O poder intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e

não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micropoder ou sub-poder.

Ainda nessa lógica, Louro (2001) afirma que a identidade do sujeito implica, sobretudo, numa demarcação da negação de outrem. É nesse sentido que a heterossexualidade enquanto norma se faz 'natural' nas relações humanas por, justamente, negar a existência, a subjetividade e o desejo, sobrepondo-o para além da norma, enquanto 'estranho, promíscuo, imoral, desviante'.

Dando seguimento à minha polifonia, anos mais tarde, no período entre a adolescência e a juventude, vejo-me novamente frente à mortificação dos corpos. Agora, mais madura cognitivamente, denomino tal mortificação como Lgbtfobia, em sui generis esta se evidencia pelo assassinato ou violências (físicas, simbólicas e psíquicas) que os sujeitos homossexuais, bissexuais, transexuais e transgêneros vivenciam em função de sua sexualidade e/ou diversidade sexual.

Nesse momento, tenho dois amigos próximos, um bissexual e o outro homossexual, ambos vitimados pelos discursos lgbtfóbicos. Este último, estudante de graduação de uma dada instituição de ensino na capital paraense, desde o início do curso tivera que ser exposto aos significantes de 'afeminado; bambi; pequena barbie; viado; sereia marajoara' dentre outros, tendo como ápice de tais violências a agressão. A referida agressão desvelou-se quando a vítima, ao sair de seu curso vespertino, é agredido por colegas de sua classe, que o deixam por dias hospitalizado. Ao ser realizado o Boletim de Ocorrência, tais questões, ao que concerne a lgbtfobia, são reproduzidas, especialmente na escuta daqueles que supostamente assegurariam o fazer da segurança pública no ato de investigar e punir quaisquer atos de criminalidade.

1.1.3. Enflorescer

Diante do exposto, a dada dissertação busca apresentar-se enquanto ferramenta para potencialização, desconstrução e resistência contra quaisquer formas de subjugação e indizibilização que se colocam a serviço das construções hegemônicas que ainda se presentificam em nossa contemporaneidade, com intuito de mortificar corpos, sexualidades e modos de existir.

E parafraseando Delumeau (1989, p. 19): "A insegurança é símbolo de morte e a segurança, símbolo da vida". Isso me faz inferir que para se resistir é preciso pulsar vida. É nesse novo tempo de um florescer humano, enquanto pesquisadora,

que eu pesquiso para a população lgbt, mas, sobretudo, para todos aqueles que acreditam que a escrita e a pesquisa são meios potentes para uma transformação social.

2. ENTRELACES ENTRE CORPO E SEXUALIDADE

A partir dos conceitos foucaultianos buscar-se-á compreender como a noção de verdade, além de delinear os discursos, constrói no campo social papéis e interpretações sobre a noção de corpo e sexualidade, a qual, a posteriori, regulará atitudes e comportamentos tidos enquanto ideais ou o seu contrário, sobre este último, estando os sujeitos¹ LGBTs inclusos e tendo seus corpos violados e subjugados (FOUCAULT, 1999[1975-1976]).

Nesse sentido, o presente capítulo tem por finalidade elencar a questão do corpo e da sexualidade, compreendendo o corpo enquanto algo que transcende a noção biologicista por tratar-se de uma questão política, cultural, histórica, psicológica, filosófica, psicanalítica e, sobretudo, sociológica, “uma vez que não existe um corpo anterior à cultura; ao contrário, ele é fabricado por tecnologias precisas” (BENTO, 2006, p. 21). Assim, a noção de corpo constitui-se no âmbito social e se apresenta como um campo em que operam diferentes dispositivos de poderes.

Os efeitos de regulamentação que definem modelos de verdade, de normas e de condutas para a vida são denominados de dispositivos de poderes justamente porque atuam sobre o corpo, sobre os comportamentos e as ações, através da punição, da classificação ou da vigilância. Estão presentes nesse contexto as expressões discursivas acerca das práticas sexuais, bem como as expressões de gêneros que, a posteriori, farão referência à forma como os sujeitos deverão se comportar enquanto homens e mulheres no seio social.

Nesse sentido, Nalli (2000, p.64) ratifica sobre a questão da sexualidade e do gênero:

[...] são sempre políticos (assim como o gênero). Assim, as formas como eles se relacionam com as pessoas e suas vidas são produtos da atividade humana e variam conforme o tempo e os contextos, gerando “desigualdades e modos de opressão próprios”. O domínio da sexualidade possui a sua própria política interna.

Portanto, fora com os efeitos decorrentes da política, da cultura, da sociedade e dos dogmas religiosos que se internalizou no tecido social a manutenção de valores, discursos e ações reificadas pelo machismo e pelo sexismo e/ou gênero,

¹Sujeito aqui compreendido a partir do Francês ‘Sujet’ – como um indivíduo assujeitado, objeto de poderes, ciências e instituições (NALLI, 2000).

como referência aos corpos e a sexualidades tidas enquanto aceitáveis ou não aceitáveis no âmbito social. O que se quer dizer com isso, é que frente aos efeitos decorrentes desses lugares e instituições, enquanto reguladores de uma verdade sobre o indivíduo e de uma dada normatização social, buscou-se, também, a universalização desses corpos e sexualidades, significando, assim, que todos deveriam se comportar e fazer o uso de seus prazeres da mesma forma; a saber: o sexo para fins de procriação, e as questões de gênero delimitadas pelas relações heterossexuais (FOUCAULT 2005[1976-1988]).

Assim, ao refletirmos sobre o corpo LGBT, entendemos que continuamente se buscou, quer seja pelo intermédio dos dogmas religiosos, pelo saber médico ou pelo Estado, que este corpo fosse moldado a partir da lógica heteronormativa. Com isso, na busca da universalização e da padronização dos corpos e sexualidades, ideou-se a destituição destes no que concerne à produção de vida. Ou seja, a questão concernente à diversidade sexual (homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, transgeneridade) fora sobreposta ao status de desviante, pecado, bestial, sendo assim explicadas pela via da desordem do corpo e da imoralidade dos comportamentos.

É nesse sentido, que Deleuze (2014) ensina-nos que não somos uma unidade ou uma universalidade², mas o seu avesso, tendo em vista que somos multiplicidade. Com isso, pensar a questão do corpo e da sexualidade, especialmente o corpo LGBT, é compreendê-lo a partir da esfera da singularidade, dando possibilidade de entender os discursos e as ações acerca deste para fora da lógica imposta pelo modelo heteronormativo e/ou heterossexual. Em um outro aspecto, Deleuze (2014), tal qual Foucault (1988), possibilita-nos afirmar que a diversidade sexual, ao partir da diferença e não da universalidade, produz ações, discursos e comportamentos que resistem aos padrões impostos pela heterossexualidade. Resistência essa, que produz vida a partir da singularidade e/ou da diferença entre os sujeitos, bem como a liberdade ao uso de seus prazeres, sendo aqui o ato sexual não apenas utilizado para fins de procriação, assim como as relações de gênero já não se dariam tão somente entre homem e mulher.

Contudo, Deleuze (2014) e Foucault (2005[1976-1988]) fazem-nos apreender que a sexualidade, no transcorrer da história humana, via de regra se presentificou

²DELEUZE, Gilles. Empirismo e Subjetividade. São Paulo: Editora 34, 2014, p.2013.

pela via da diferença. Assim, está continuamente se fazendo visível e buscando inverter a lógica heterossexual, ou seja, pela via da diversidade sexual é que a sexualidade da diferença se faz resistir a todo processo de mortificação, de padronização ou de dominação. Por isso, é de suma relevância que o debate entre corpo e sexualidade possa vir a ser pensado como algo inacabado, com discussões a serem problematizadas e produzidas no âmbito acadêmico.

2.1. O corpo enquanto constructo sócio histórico

O fio condutor aqui não é o estatuto do corpo em seu significado em si, mas os efeitos do poder que utiliza o corpo enquanto objeto de saber-poder. Na formulação foucaultiana, o poder incide sobre o corpo através dos discursos e das práticas que o investem. Não há como falarmos em corpo a partir de Foucault, sem antes entendermos que este não se trata de um corpo concreto, palpável ou biologicista, mas se constrói sócio historicamente e se mantém através de técnicas disciplinares e de dispositivos de poderes. Assim, Foucault (2013, p. 14-15), menciona:

Então, o corpo, na sua materialidade, na sua carne, seria como o produto de seus próprios fantasmas. Afinal, o corpo do dançarino não é justamente um corpo dilatado segundo um espaço que lhe é ao mesmo tempo interior e exterior? E os drogados também, e os possuídos; os possuídos, cujo corpo torna-se inferno; os estigmatizados, cujo corpo torna-se sofrimento, resgate e salvação [...]. As crianças, afinal, levam muito tempo para saber que têm um corpo. Durante meses, durante mais de um ano, elas têm apenas um corpo disperso, membros, cavidades, orifícios, e tudo isto só se organiza, tudo isto literalmente toma corpo somente na imagem do espelho. De um modo mais estranho ainda, os gregos de Homero não tinham uma palavra para designar a unidade do corpo. Por paradoxal que seja, diante de Tróia, abaixo dos muros defendidos por Heitor e seus companheiros, não havia corpos, mas braços erguidos, peitos intrépidos, pernas ágeis, capacetes cintilantes em cima de cabeças: não havia corpo.

Podemos supor que Foucault (2013) chama-nos atenção sobre as mais diversas formas de apreensões a respeito da materialidade do corpo, mas parece ir além ao questionar sobre as funções do discurso que se interpelam neste, uma vez que o corpo é penetrável pelo discurso que lhe permite habitar, torna-se visível ou invisibilizado. Ora, se não há corpo sem discurso, é porque esse se constitui na relação entre saber-poder. Por isso que a materialidade do corpo (na sua concretude) não dá conta de explicar a noção do corpo em si, uma vez que este se constrói a partir dos interesses permeados das relações de poder.

Portanto, é nas particularidades dos discursos que os dispositivos de poder determinam e afirmam condutas, valores, normas e padrões sociais que continuamente se reiteram no transcorrer da história. Entretanto, se faz importante elucidar que Foucault (2013), ao se utilizar acerca das questões do poder ou relações de poder, refere-se não apenas a seu sentido repressivo, mas a um poder que se faz produtivo, resistente e propulsor de vida. É um poder circular em todas as relações sociais, que opera tanto na lógica da produção de vida e de resistência dos sujeitos às normativas impostas, como também sucumbe e os oprime. Essa relação de poder é demarcada e alternadamente contígua entre os processos de conflitos e processos de resistência.

Contudo, Tilio (2014) faz-nos apreender que as catástrofes e as experiências vividas pelo indivíduo durante o século XX, especialmente após a II Guerra Mundial, fizeram com que as questões que permeiam o corpo e a sexualidade fossem o marco desse século, não só para a Filosofia, Psicanálise, Sociologia e a Medicina, mas para outros saberes, dentre eles a Política Social. Frente a isso, é preciso se ver diante da necessidade de se recuperar o anacronismo na investigação e na compreensão da lgbtfobia enquanto fruto de uma sociedade normatizadora e coercitiva, que, pela via da Relação de Poder, apresenta-se enquanto formas de resistência e de configurações em que se mortifica os mais diversos modos de existência, sobretudo, frente à noção dicotômica da heteronormatividade versus homossexualidade.

É nessa lógica que as contribuições de Deleuze e Guattari (2004 [1980]) acerca do corpo são de suma importância para se compreender a dada questão. São eles que emprestam de Artaud (1983[1947]) o conceito do corpo sem órgãos, o qual se apresenta como aquele que se opõe ao organismo; um corpo que opera o desejo e cujas práticas contra hegemônicas se dão. Justamente por ser este um corpo revestido tanto em sua materialidade, quanto em potência construtiva nas relações sociais em que o desejo impera. Assim, o corpo sem órgãos é aquele que não tem destino, mas que funciona em desarranjo, que se faz resistir à racionalidade soberana, ao próprio organismo que (re) produz padrões socialmente aceitos sobre o que são os órgãos e como estes devem funcionar. Sobre essa questão, Deleuze e Guattari (2004 [1980], p. 24) ensina-nos:

O organismo não é o corpo sem órgãos, mas um estrato sobre o corpo sem órgãos, quer dizer que um fenômeno de acumulação, de coagulação, de

segmentação que lhe impõe formas, funções dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil.

Portanto, o organismo se dá naquilo que escamoteia, que sufoca as vidas e os corpos cuja criatividade e desejo operam, tornando-se, assim, um lugar que despotencializa, abnega o desejo, além de estruturar e classificar cada finalidade dos órgãos para a manutenção da vida frente ao organismo. Logo, ao pensar o organismo num paralelo com a sociedade vigente e o corpo LGBT, é pensá-lo enquanto locus cuja finalidade se perfaz na estratificação da produtividade e da utilidade, quer seja na reprodução da vida humana ou do mercado para o capitalismo.

Com isso, quer-se confirmar que o corpo LGBT pensado a partir do organismo proposto por Deleuze e Guattari (2004 [1980]) é um corpo que precisa ser estratificado, despotencializado e que, para funcionar, deve seguir as normativas da hegemonia binária e heteronormativa, sempre com fins de procriação e/ou reprodução. Além disso, deve servir ao capitalismo enquanto produção de trabalho, caso contrário, a sua existência é tida enquanto ilegítima e seus corpos, em sua materialidade, não são úteis, não se fazem funcionar e, portanto, passíveis de mortificação.

Nesse aspecto, a questão do organismo de Deleuze e Guattari (2004, [1980]) e do biopoder de Foucault (1999[1975-1976]) aproximam-se no que diz respeito a como esses corpos se organizam, especialmente no campo social. Se para Deleuze e Guattari (2004[1980]) o organismo impõe-se na organização dos órgãos, o corpo sem órgãos, por sua vez, dar-se-á no plano da imanência do desejo, num funcionamento na contramão da hegemonia proposta pelo organismo. Contudo, o biopoder, em que a trama do poder e do saber imperam, também utiliza-se do corpo enquanto alvo, quer seja pela disciplina ou pela biopolítica. Traz como referência a prática dos estados modernos na regulação da vida, dos corpos e dos discursos a partir de técnicas que tendem a subordinar e controlar as populações de maneira a aprimorar a vigilância no âmbito social para conduzir a dominação e a assujeição dos corpos, especialmente dos tidos enquanto errantes, pecaminosos, inúteis (FOUCAULT,1999[1975-1976]).

Portanto, os referidos autores compreendem que o corpo precisa ser moldado, vigiado, categorizado para que, assim, se possa manter a ordem e a moralidade, e o mesmo se servir enquanto utilidade para o capital nas sociedades

contemporâneas. No entanto, vale pontuar que a mesma noção serve para a compreensão dos corpos sem órgãos e a biopolítica do corpo, no que se refere aos processos de resistência. Tanto Deleuze e Guattari (2004[1980]) quanto Foucault (1999[1975-1976]) convocam-nos a pensar que esses corpos sem órgãos ou corpos cuja disciplinariedade opera, tal qual, os corpos LGBTs em nossa contemporaneidade, são corpos que insistem em resistir mesmo frente ao contíguo silenciamento e aos processos de apagamento.

Kilomba (2014[2010]) filósofa e psicanalista, ao dar continuidade ao pensamento acima supracitado e com fins de colaboração, traz à tona a metáfora da boca para se entender o corpo sem órgãos e o organismo, deslocando essa questão para o período colonial ao demonstrar que a boca era utilizada como ferramenta de suma importância para o domínio e a repressão dos negros escravizados. A boca é aqui compreendida enquanto órgão que simboliza o falar/ o evocar/ o enunciar e que no âmbito do racismo se dá pela via do controle daquilo que não se pode dizer. Para isso, era preciso que se utilizasse da máscara para silenciar, tamponar a boca e/ou órgão, pois caso o negro escravizado falasse ao branco sobre o seu status de corpo abjeto, de um corpo escravizado e subalterno, daria ao branco o status de se entender enquanto colonizador, de agressor, de violento e que, a posteriori, ao ser enunciado a partir desses significados, o branco, então, poderia vir a se desestruturar tanto em seu sentido psíquico, quanto social.

Por isso, cria-se a máscara como ferramenta de silenciamento, de apagamento do corpo negro escravizado, haja vista que os negros também não podiam alimentar-se daquilo que plantavam e colhiam, pois o colonizador interpretara este fato como roubo de suas plantações e frutos, por exemplo. É mister ainda mencionar que a máscara apresenta-se enquanto instrumento sobre a manutenção da existência do corpo escravizado, pois os brancos colonizadores tinham de mantê-los vivos, já que muitos, comiam terra com intuito de se suicidarem. Logo, a máscara proposta por Kilomba (2014[2010]) pode vir a se apresentar enquanto um organismo para Deleuze e Guattari (2004[1980]), do mesmo modo que para Foucault (2013) essa poderá ser pensada enquanto uma técnica disciplinar do corpo, a qual mantém e legitima as estruturas violentas de exclusão, quer sejam estas raciais, lgbtfóbicas, dentre outras (KILOMBA, 2014 [2010]).

É nesse aspecto ainda que Kilomba (2014 [2010]) faz-nos apreender que no período colonial a boca representa a parte do corpo que os brancos necessitam para

dominar e, continuamente, no transcorrer da história tem sido alvo de controle e repressão severa que mantém o racismo.

Pensar os sujeitos LGBTs nessa mesma lógica é supor que o pênis e a vagina são as partes do corpo que interessam aos dogmas religiosos, à ciência e à sociedade patriarcal como substrato de dominação frente ao corpo não heterossexual, uma vez que o corpo feminino como possuidor de uma vagina e o corpo masculino enquanto aquele que têm o pênis, ao se coadunarem, possuem a capacidade reprodutiva enquanto elemento preponderante na gestação/gestão da vida. Assim, partes específicas do corpo têm sua funcionalidade imbricada a partir dos modelos que fora construído sócio historicamente, seja frente às questões do corpo, da sexualidade, do gênero ou da raça, por exemplo.

Para melhor ilustrar, Machado (2005, p. 274) sintetiza:

Para o sexo feminino, os fatores mais levados em consideração, em ordem de importância, são: a capacidade reprodutiva e a possibilidade de reconstrução anatômica de uma vagina que possibilite mais tarde, para a mulher, relações sexuais prazerosas (o que é associado à preservação das enervações do clitóris) e que possa ser penetrada por um pênis. Para o sexo masculino, aparecem os seguintes fatores, também em ordem de importância: o tamanho e a capacidade erétil do pênis; a possibilidade de sentir prazer (o que é associado à ejaculação) e de penetrar adequadamente uma vagina; a capacidade reprodutiva; e a capacidade de urinar de pé.

De todo modo, Kilomba (2014 [2010]), ao trazer a questão colonial e racial para se pensar o corpo, abre-nos possibilidade outras que dialogam com Foucault (1988). Este, ao discorrer sobre a noção de corpo atravessado pela sexualidade, o entende enquanto aquele que é inscrito através de práticas e saberes cuja finalidade se dá no intuito de dominá-los, vigiá-los e classificá-los. Logo, tais questões nos levam a uma série de questionamentos outros, que nos fazem (re) pensar as mais variadas subjetividades ao redor do sujeito sexual, identificando a diversidade da vida, dos prazeres, dos modos de existir, assim como da própria sexualidade, não de modo único, mas, plural. Desta maneira é que Foucault (2005[1976-1988], p. 358) ensina-nos:

A sexualidade faz parte de nossas condutas. Ela faz parte da liberdade no qual nós gozamos o mundo. A sexualidade é qualquer coisa que nós criamos, nós mesmos – ela é nossa própria criação, bem mais que uma descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo. Nós devemos compreender que com nossos desejos, através deles, se instauram novas formas de relação, novas formas de amor e de novas formas de criação. O

sexo não é uma fatalidade; é uma possibilidade de aceder a uma vida criativa.

Por isso, reitera-se a importância de se visitar Foucault (2005[1976-1988]), para que se possa apreender como a noção de poder ainda se manifesta enquanto verdade sobre o corpo de um dado sujeito. Isso, sobretudo, quando se toma como objeto de estudo o corpo LGBT e as historiografias discursivas e não discursivas que o entrelaçam, bem como o controle sobre este corpo e seus prazeres. Isto é, os discursos contemporâneos no entrelaçamento entre o corpo e sexualidade são comumente (re) construídos e demarcados a partir de dispositivos de poderes que, para além de classificar, tendem a normatizar, dizimar e regulamentar, ditando regras frente ao sexo (ato sexual) e ao gênero. Como nas palavras de Foucault (1982, p. 3):

Não obstante, a ideia de que se deve ter um verdadeiro sexo está longe de ser dissipada. Seja qual for a opinião dos biólogos a esse respeito, encontramos, pelo menos em estado difuso, não apenas na psiquiatria, psicanálise e psicologia, mas também na opinião pública, a ideia de que entre sexo e verdade existem relações complexas, obscuras e essenciais.

Foucault (1999[1975-176], p. 11-12) ainda nos alerta como a repressão fez com que o sexo se transformasse em algo perigoso, pecaminoso e subversivo:

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. Daí essa solenidade com que se fala, hoje em dia, do sexo. (...) A ideia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negociante e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro.

É nesse período que a noção de dispositivo de sexualidade e de homossexualidade constroem-se no transcorrer da história humana, sendo corpo e sexualidade pensados enquanto objetos de saberes e instituições, em que até mesmo o ato sexual é tido enquanto possuidor de uma verdade sobre o indivíduo, a qual, a posteriori, produzirá estigmas, exclusões, violência, estereótipos, resultando em preconceitos, discriminação social e lgbtfobia.

Freire Filho (2004, p. 48), ao explicitar sobre os estereótipos e as reproduções das desigualdades e dos processos de discriminação, entende que esse age:

Como forma influente de controle social, ajudam a demarcar e manter fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o aceitável e o inaceitável, o natural e o patológico, o cidadão e o estrangeiro, os insiders e os outsiders, Nós e Eles. Tonificam a autoestima e facilitam a união de todos “nós” que somos normais, em uma “comunidade imaginária”, ao mesmo tempo em que excluem, expelem, remetem a um exílio simbólico tudo aquilo que não se encaixa, tudo aquilo que é diferente.

Portanto, a fim de elucidar e desmistificar a noção de corpo e sexualidade enquanto aparato meramente biológico, compreende que este é, sobretudo, uma construção social e também objeto de poder em diferentes momentos históricos. Ressalta-se que tanto o corpo quanto a sexualidade aqui compreendida estão para além daquilo que é palpável, são uma costura daquilo que se apresenta no campo psíquico, social, cultural, religioso e biológico.

Freud (1914b[2004]), portanto, ao remontar essa questão, entende que o corpo é munido de sexualidade, justamente por transcender a ordem da necessidade biológica de satisfação³. Eis, então, que esse é um corpo pulsional e que, embora se mantenha frente às normativas sociais, este corpo pulsional é de um todo desejo sexual. Nesse sentido, Bastos (1998, p. 75) ilustra:

O corpo sexual é o corpo infantil seduzido e apossado pela pulsão. Ele não surge com a puberdade. É produto da sexualidade infantil. A sexualidade infantil nasce apoiando-se nas funções vitais promotoras de excitações corporais indistintas na sua origem que, no divórcio entre a necessidade e o desejo, configuram, de um lado, o corpo das necessidades vitais e, de outro, o corpo do desejo sexual.

Sendo assim, para Freud (1914b[2004]), o corpo ao qual se refere não é tão somente um corpo cujas necessidades básicas e biológicas possam ser satisfeitas, mas, um corpo onde o prazer se dá de modo variado e/ou diverso, não se localizando apenas em uma dada parte, mas por todo ele. A Psicanálise funda-se à luz do pensamento freudiano, ao entender que o corpo age enquanto signo, por trazer consigo valores sociais, religiosos, políticos, dentre outros aspectos que se manifestarão de modo singular de acordo com cada cultura. Logo, o corpo humano está para além de seu caráter biologista, tendo em vista que o corpo funciona a partir das demarcações sócio históricas as quais se atêm (PISETTA, 2016).

Na mesma direção Bortolini (2011, p. 29) colabora:

[...] nós não nascemos homens e mulheres, nem simplesmente nos tornamos – num determinado momento – homens e mulheres, mas nos

³A amamentação; beber água; urinar (FREUD, 1914b[2004]).

fazemos homens e mulheres todos os dias, quando andamos de um determinado jeito, falamos de uma determinada maneira, usamos determinadas roupas, construímos o nosso corpo de um determinado modo, sempre referenciados a uma norma hegemônica de gênero. É essa performance cotidiana que cria a ilusão de uma substância, de uma essência masculina ou feminina – ou qualquer outra.

Ratifica-se que a lógica freudiana, bem como Bortolini (2011), apreende que o corpo, embora embebido de prazer/ desejo sexual, passa a ser objeto, a ser normatizado em diferentes contextos históricos, sendo, assim, uma inventiva social. Logo, em consonância com a compreensão foucaultiana, nota-se que a sexualidade é parte da condição humana, e versar sobre esta é estar ciente de que a sexualidade situa-se em um campo interdisciplinar. Há de se elucidar, porém, que as discussões referentes ao corpo e à sexualidade partem de uma construção social, compreendendo que tanto as noções de sexualidade quanto de corpo saem da seara orgânica e anatômica e têm sua gênese no social, com fim último de adequar, classificar, hierarquizar e sistematizar os sujeitos em sociedade (FOUCAULT, 1988).

Dando seguimento, ajuíza-se a noção de corpo que, embora esteja frente ao regime regulatório heterossexual, faz-se vigente na contemporaneidade. Este corpo passa a ser entendido também atravessado pela sexualidade, sendo esta algo que não se acaba nem tão pouco se mantém fixa, justamente por ser diversa. Portanto, percorrer o corpo munido de sexualidade é justamente pensá-lo permeado por desejos, comportamentos e prazeres corporais que inextricavelmente se vinculam e se apresentam no corpo biológico, psicológico e social de modo múltiplo.

2.1.1. Corpo munido de sexualidade

Como é sabido, a noção de corpo e de sexualidade, especialmente a heterossexual, fora construída no transcorrer da história humana com fins específicos, como a preservação da espécie, cuja procriação serviu enquanto subterfúgio para fazê-la. Mais que isso, fora lançado na cultura e no imaginário social⁴ comportamentos e atitudes tidos enquanto ideais ou não-ideais. A posteriori, os clérigos, a partir da noção dogmática da fé, através da qual a moralidade se faz presente, apropriam-se dessa lógica binária para reiterar práticas gendradas frente à procriação, indo além ao montar a concepção de céu e inferno. Outras categorias

⁴O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. (PESAVENTO, 1995, p.24).

como pecado, castidade, relações heterossexuais, família nuclear também se delineiam. Assim, tudo que se relacionasse a sexo sem fins procriativos, eram comportamentos tidos enquanto errôneos, pecaminosos, promíscuos, bestiais e castigáveis (SILVA, F., 2017).

A partir disso, institui-se o controle da sexualidade, que deixa à margem todo aquele que está em dissonância com normas impostas. Concepção esta que ainda encontra eco em nossa sociedade contemporânea, de maneira a marginalizar, mortificar e excluir corpos e manifestações diversas de sexualidade. Frente a isso, outras categorias vão sendo pensadas, para fins de normatizações e disciplinarizações na vida em sociedade. Uma dessas categorizações é a cientificidade, que colocará o corpo enquanto objeto do saber médico, especialmente do saber psiquiátrico e psicológico, que, pela via da dicotomia normal e anormal, mais uma vez, reiterará processos de supressão e mortificação.

Contudo, Foucault (1988), em “História da Sexualidade: a vontade do saber”, sinaliza como a censura e a moralidade impõem-se pela via de um interdito através da linguagem, do discurso e do ato, de maneira a tirar a sexualidade do lugar biologista e pô-la enquanto repressão cultural. Nesse sentido, tanto Foucault (1988) quanto Freud (1980[1905]) são teóricos importantes para pensar o corpo munido de sexualidade e como isso apresenta-se do ponto de visto histórico.

Para tanto, anterior ao pensamento foucaultiano, Freud (1980[1905]) já pensara a compreensão de corpo e sexualidade num viés cultural e social, ou seja, na perspectiva freudiana, o corpo é entendido pela via dos tecidos, dos órgãos e do sangue - objeto palpável e oriundo do saber médico que tende a ser transposto pela cultura e pelo inconsciente. Para ele, o corpo que conhecemos, este corpo físico e anatômico, é instrumentado por um corpo outro, através do qual se emerge o pulsional como meio de se aproximar da satisfação, seja ela pela via do prazer ou do desprazer.

Constata-se, aqui, que Freud (1980[1905]), ao desenvolver uma metapsicologia acerca da sexualidade, vai além do campo biológico e, com isso, tira a sexualidade do lugar de patologia, de expurgo, colocando-a enquanto inerente à condição humana. É nessa lógica, e em conformidade com os ditos freudianos, que Mandet (1993, *apud* LAZZARINI e VIANA, 2006) sinaliza que o corpo ao qual o saber psicanalítico faz referência trata-se de um corpo munido de prazer, apresentado pela via do inconsciente, logo, um corpo investido em suas relações

com a cultura, com o social e, sobretudo, significado através de sua própria história, de seu romance familiar.

Freud (1980[1905]), e a posteriori Mandet (1993, *apud* LAZZARINI e VIANA 2006), quer nos dizer, em outras palavras, que, na inventiva do corpo atrelado ao saber médico e aos preceitos darwinianos, o refaz pela via do social, do cultural e das relações com o inconsciente, tal qual a noção de sexualidade. Haja vista que corpo e sexualidade são indissociáveis, compreendê-los a partir da noção freudiana é estar ciente de que as sensações sexuais e suas manifestações permeiam por todo o corpo do indivíduo, mas sem fins de procriação, apenas para obtenção de prazer. Freud (1980[1905]) ainda assinala que todo o corpo humano é passível de obtenção de prazer, não necessariamente apenas os órgãos genitais.

Ainda contribuindo sobre essa questão, Moraes (2019) compreende a sexualidade a partir da relação entre o inconsciente e o campo social, supondo que a sexualidade também se apresenta pela via das inscrições psíquicas e das interações que se dão entre os indivíduos e suas relações com e/ no social. Nesse sentindo ainda, Ceccarelli (2011) reitera os ditos freudianos sobre a cientificidade do corpo, objeto do saber médico a ser escutado, fragmentado e medicalizado. Porém, vai além ao expor que é pela via do discurso religioso sobre a necessidade de controlar o corpo e, por consequência, a sexualidade dos fiéis, que as técnicas de normatizações e disciplinarizações dogmáticas embasadas na fé e no cristianismo vão se construir.

É nesse período que o espírito passa a ser posto como algo divinizado, através do qual os milagres e o acesso direto a Deus poderiam ser expressos. O corpo, por sua vez, seria o seu contrário, serviria enquanto palco da luxúria, da voluptuosidade e do alcoolismo, trazendo consigo a demarcação do pecado original e, por isso, precisando estar em constante vigilância para que o indivíduo não viesse a se afastar do divino (CECCARELLI, 2011).

Numa transposição com o corpo e a sexualidade, especificamente aqui, nota-se que o corpo LGBT origina-se enquanto objeto passível de normatização. Logo, se este precisa ser moldado e normatizado, serão necessários dispositivos que o controlem. É nessa perspectiva que a teologia católica regula não só os corpos, mas também, os prazeres. Assim sendo, condena o sexo e quaisquer manifestações sexuais sem fins de procriação, uma vez que quaisquer ações que fugissem à norma eram tidas enquanto pecados veniais. Assim, a procriação e, a posteriori, o

matrimônio são impostos pelos dogmas cristãos como condições *sine qua non* para uma vida normal, cristã e moralmente aceita. Vale ainda expor que, nesse sentido, o corpo, embora alienado à noção de espírito, já passa a ser passível de pureza e de servidão ao divino, desde que seja utilizado com fins de construção familiar monogâmica e heterossexual (VAINFAS, 1992)

Logo, é com o casamento entre homem e mulher e a virgindade feminina, que estarão em pauta as novas formas de reestruturações do corpo e da sexualidade. Assim, cabendo àqueles que cedessem aos prazeres homossexuais o ódio, a concupiscência, o expurgo e o inferno (VAINFAS, 1992). Na mesma lógica, Gonçalves (2001, p.14), reafirma que “o modelo heterossexual familiar é muito forte e está de tal modo arraigado ao nosso imaginário social que a invenção de novas formas de vida torna-se praticamente impossível”.

Já acerca do corpo LGBT, este construiu-se no transcorrer da história social ocidental, significado pela via do pecado e da imoralidade, como bem explica Souza Junior (2011, p. 53):

[...] a luta contra o pecado da carne e ascensão espiritual molda a relação heterossexual, ajustando o corpo e o sexo ao princípio monogâmico, como corolário da lei divina intrínseca à sociedade teocrática. A crença da qualidade natural da heterossexualidade torna-se a base da reprodução humana e povoamento do mundo na tradição judaico-cristã, e é a mesma tradição que desenvolve, de maneira inversa à naturalidade, a percepção de que as relações homossexuais são práticas nocivas aos indivíduos e à sociedade, como uma contraversão à vontade divina.

Como nos ditos de Fleury e Torres (2011, p. 31): “A Instituição Igreja Católica [...] modelou essa construção e ainda controla e direciona, de alguma forma, como os homossexuais são encarados pela sociedade”. Sendo assim, o corpo, através da normatização e da disciplinarização, é organizado para refrear as incorreções, as anormalidades e os desvios, não somente a serviço da moralidade, mas, da cientificidade, em especial da Medicina, enquanto suposto saber. Saber este que disseca e fragmenta o corpo humano através das especialidades médicas: neurologia, ortopedia e nefrologia, como exemplos de tal particularização; da farmacologia, que pela via da medicação pode vir a curar as patologias psicológicas e/ou físicas; da educação física e do culto ao corpo magro, esbelto e musculoso, ou seja, do corpo passível de ser modelado, assim como do corpo enquanto força produtiva frente ao sistema capitalista (FOUCAULT, 2006[1973-1974]).

Ainda, Segundo Foucault (1990, p. 89):

O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos [...]. Não mais a exclusão, mas o internamento; não mais o agrupamento no exterior da cidade, mas, ao contrário, a análise minuciosa da cidade, a análise individualizante, o registro permanente [...]. É a revista militar e não a purificação religiosa que serve, fundamentalmente, de modelo longínquo para esta organização político-médica.

Trazendo contribuições, Jerônimo (1997) apud Paoletti (2007) ainda sinaliza que a Igreja Católica, numa intensa preocupação com a moralidade que se apresentava na defesa da fé e da organização da Igreja enquanto instituição, colocou o ideal de pecaminoso a todo e qualquer sujeito que mantivesse ato sexual sem fins de procriação. Conseqüentemente, pessoas que tivessem relações homoafetivas, por exemplo, eram tidas enquanto abomináveis. Isto é, o clero, a partir de um conjunto de proibições morais acerca do sexo e da sexualidade, preceituou comportamentos rígidos ao ato sexual que não estivesse estritamente vinculado à reprodução. Como o autor elucidada, "o que parecia era que a Igreja acabava desconfiando das manifestações pessoais excessivas, que poderiam levar o indivíduo a um certo iluminismo, o que então possibilitaria um questionamento das ideias da própria Igreja" (JERÔNIMO, 1997 apud PAOLETTI, 2007, p.9).

Deste modo, Foucault (2006[1973-1974]) alerta-nos que o indivíduo na modernidade, assim como a sociedade em que este se insere, vem sendo construído através da Relação de Poder que modela a vida social, tendo como resultantes os corpos psicologizados, normalizados, débeis, estereotipados, medicalizados e marginalizados. E estando presente nesses, a comunidade LGBT é posta enquanto assujeição frente aos modelos sexuais vigentes e aceitos culturalmente, a saber, os modelos heteronormativos.

Dando seguimento, Foucault (2006[1973-1974]), em sua obra intitulada *Poder Psiquiátrico*, ao expor sobre a dialética do corpo técnico-científico, introduz a noção de poder disciplinar a fim de nos fazer entender que esse poder interpela-se na contemporaneidade desde a Idade Média e que permanece a se reiterar com o passar dos tempos por outras vias pedagógicas, ainda mais sofisticadas, induzindo os indivíduos a estarem em consonância com o comportamento imposto pela família nuclear, pelo exército, pela escola ou pelo hospital.

Ainda seguindo a lógica das manifestações do poder, Foucault (1999[1975-1976]), ao pensar o fazer da Política Social no mundo ocidental, destaca as três estratégias de poder, as quais são: a soberania; a disciplina e o biopoder. A primeira, sendo aquela presentificada nos governos absolutistas e monárquicos nas sociedades pré-capitalistas, em que a figura do Soberano corporificava-se pelo poder estatal, sendo então atribuído ao Soberano o poder decisório daqueles que viveriam ou morreriam. Nessa ótica, que se apreende a partir do pensamento foucaultiano, o pacto social não desloca o poder total do soberano, uma vez que se reitera que o poder é algo circular, logo, está presente em toda a malha social.

A posteriori, a disciplina, que surge junto com o capitalismo e com intuito de normatizar os corpos através das instituições disciplinares, como escolas, orfanatos, prisões, reformatórios, hospícios, dentre outros, a fim de moldar os corpos para que estes se tornassem docilizados. Nesse momento, Foucault (1999[1975-1976]) observou que as dadas instituições disciplinares tendiam a individualizar os sujeitos, controlando-os minuciosamente, por exemplo, através dos históricos escolares ou prontuários médicos, no intuito contínuo de atomizar tais corpos. Ou seja, articula-se os corpos 'dóceis' estrategicamente para uma dada disciplinarização a qual segmenta, impõe e proíbe atos e ações, o que inclui, sobretudo, o controle da sexualidade. É por meio da disciplina dos corpos que o indivíduo pode ser controlado e adestrado em sua máxima, estando sempre em conformidade com a necessidade do campo social.

Foucault (1996[1977], p. 119) entende que:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil é. Forma-se então, uma política de coerções que consiste num trabalho sobre o corpo, numa manipulação calculada dos seus elementos, dos seus gestos, dos seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, os chamados "corpos dóceis".

Contudo, as disciplinas no transcorrer dos séculos XVII e XVIII são expressões gerais de dominação que fabrica corpos submissos. O biopoder, por sua vez, transcende a subjetividade, já que incide o poder sobre e no corpo do sujeito, e, enquanto terceira estratégia, este surge pelo viés da produção de um bem-estar social. Ou seja, essa estratégia de poder busca a manutenção da vida, garantindo,

assim, que os corpos já disciplinados possam se conservar submissos, mas, agora, através de práticas de saúde pública e das políticas sociais (FOUCAULT, 1996[1977]).

Assim, a noção de biopoder, por um lado, é anátomo-política do corpo e, por outro, uma biopolítica da população. Logo, o biopoder volta-se para a manutenção da vida das populações que passam a ser organizadas pelo Estado enquanto um corpo político (FOUCAULT, 1996[1977]).

Britzman (1996, p. 73) enfatiza ao asseverar que:

[...] quando se trata de questões de desejos, de amor e de afetividade a identidade é capaz de surpreender a si mesma: de criar formas de sociabilidade, de política e de identificação que desvinculem o eu dos discursos dominantes da biologia, da natureza e da normalidade.

Ao se destinar a questão do corpo munido de sexualidade, observou-se que se para Freud (1980[1905]) o estatuto do corpo advém de um todo erogeneizado, logo, é passível de prazer em seu todo e não, apenas em suas partes. Ele fala-nos, portanto, não de uma sexualidade cingida ao corpo anátomo, mas produzida pelas experiências psíquicas inconscientes e na sua relação com a cultura e o social. Com isso, Freud (1980[1905]) quer sinalizar que o corpo é munido de sexualidade e que transcende a procriação.

Sobre essa questão, Garcia-Roza, (2003, p. 102) ensina:

É evidente que o corpo psicanalítico é um corpo fantasmático e não um corpo anátomo-fisiológico. Mesmo quando Freud articula a sexualidade às necessidades básicas do indivíduo, quando “apoia” a pulsão no instinto, não é para a semelhança entre ambos que está apontando, mas sim para as suas diferenças [...].

É nesse sentido que o dito freudiano sobre o corpo não só rompe com a noção biologista e com a teoria da degenerescência, mas põe o corpo enquanto pauta de um saber inconsciente. Já para Lacan (1998[1949]), o corpo é vivido inicialmente como um corpo espedaçado, já que somos falados por um Outro que nos diz quem somos. A noção de corpo une-se à noção de imagem e adquire o estatuto de elemento do imaginário. Logo, somos aquilo que nos falamos ainda na infância, e, a priori, o nosso grande Espelho é o Outro materno, e não necessariamente a figura materna enquanto materialidade do corpo, mas, qualquer pessoa que nos cuide e faça função materna (LACAN, 1998[1949]).

Saindo desse pressuposto e tomando a metáfora Social, esta, muito mais do que nos dizer quem somos, fala-nos quem devemos ser. Assim, somos construídos no campo simbólico a partir de um imaginário social comumente hegemônico, que padroniza desejos, prazeres, corpos e modos de vida.

Nesse interim, Foucault (1998) subverte o saber freudiano, não só se aproximando dos ditos lacanianos, mas indo além, ao explicar que o corpo e a sexualidade constituem-se pela via do poder. É o dispositivo da sexualidade analisado por Foucault (1988) que permite vislumbrar os conjuntos de técnicas que nomeiam, categorizam e excluem os sujeitos. É nesse ponto que os ditos freudianos, e especialmente o saber psicanalítico, passam a ser compreendidos como mais um jogo de verdade resultante das produções das táticas de poder.

Através desse raciocínio, pode-se compreender que as sociedades modernas, diferentemente de proibir o sexo, atuam numa lógica repressiva, ou seja, restringem o sexo e a sexualidade heteronormativa a lugares específicos, como os quartos dos casais e os prostíbulos. Já no caso das sexualidades tidas enquanto desviantes, o lugar destinado a essas são os hospitais psiquiátricos, os consultórios médicos e a marginalização (FOUCAULT, 1988). É por isso que as pessoas pertencentes à comunidade LGBT tornam-se não tão somente pecaminosas no sentindo da verdade cristã, mas passam, também, a serem classificadas pelo saber médico enquanto aqueles que detinham comportamentos desviantes, sendo tidos enquanto uma 'espécie', um erro da natureza passível de ser modulada, curada. Como bem expõe o autor:

[...] O homossexual do século XIX torna-se um personagem: [...]. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. [...] A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 1988, p. 43).

Foucault (1988), então, faz-nos inferir, aqui, que as sociedades ocidentais buscaram compor 'verdades' no que diz respeito ao corpo, ao sexo e à sexualidade, sobretudo a partir do cristianismo e, a posteriori, da cientificidade. Esta, dando-se através do discurso médico, de uma ciência sexual que pudesse explicar aquilo que transcendiam a heteronormatividade.

Ratifica-se que os processos tecnológicos do biopoder usurpam a subjetividade desses sujeitos através de formações discursivas científicas por meio

da supremacia frente às questões intrínsecas do saber-poder. Denota-se, ainda, que, nesses processos, o patriarcado vem a ser pensando enquanto categoria social que se utiliza da disciplina, da vigilância e do controle dos corpos e das populações, por ser este um sistema político que ordena os papéis de gênero no seio social, bem como é amparado a partir dos dogmas religiosos, de que a heteronormatividade se exprime enquanto a única sexualidade passível de normalidade. Sobre a dada questão, Akotirene (2018, p. 112) sintetiza:

O patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância, baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos.

Contudo, o método genealógico desenvolvido por Foucault (2006[1973-1974]) evidencia a existência de formas de exercício do poder que tende a ser percebido enquanto governo ou governabilidade num sentido mais amplo. É necessário, porém, expor que o poder entendido pelo pensamento foucaultiano é fluído, está em todas as esferas sociais, podendo ainda ser exercido por todo e qualquer indivíduo. Nesse sentido, o autor infere que há sempre alguém em relação à sujeição frente a outrem. Sendo assim, quando pensamos no corpo LGBT nos espaços universitários, podemos supor que são estes os corpos sexuais que se apresentam num lugar de sujeição.

2.1.2. Sobre a sexualidade

A regulamentação do sexo e por consequência da sexualidade sempre esteve na pauta dos interesses do Estado, das elites dominantes, da religião, dentre outros lugares em que a noção de poder se faz presente. A sexualidade pensada por Bourdieu (1999) pode ser compreendida como aquela atravessada pela noção de dominação, classificação e hierarquização entre os sexos. Hierarquização essa que se apresentará em todo âmbito social, desde a construção do acesso aos espaços que compõem os arredores da cidade, já que coube à mulher manter-se afastada dos lugares públicos e aos homens, usarem esses lugares. Assim também com a hierarquização presentificada nos gestos; nas vestimentas; nos modos de pensar; nos corpos e até nas questões do acesso e permanência no mundo do trabalho, que passarão a ser pensadas pela lógica da dominação masculina. É pela divisão entre

os sexos que a figura feminina está submissa aos desejos e às vontades do masculino. Nessa perspectiva, Bourdieu (1999, p. 17) nos fala:

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas (...) ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado (...) em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

Trazendo ainda grandes contribuições, Bourdieu (1999, p.26) comenta sobre os atributos sociais dados ao masculino e ao feminino:

[...]. É evidente que, a vagina continua sendo constituída como fetiche e tratada como sagrada, segredo e tabu e que o comércio do sexo continua a ser estigmatizado, tanto na consciência comum quanto no Direito, que literalmente exclui que as mulheres possam escolher dedicar-se à prostituição como a um trabalho. Ao fazer intervir o dinheiro, certo erotismo masculino associa a busca do gozo ao exercício brutal do poder sobre os corpos reduzidos ao estado de objetos e ao sacrilégio que consiste em transgredir a lei segundo a qual o corpo (como o sangue) não pode ser senão doado, em um ato de oferta inteiramente gratuito, que supõe a suspensão da violência.

Bourdieu (1999) ainda faz-nos inferir que frente à diferença sexual, a sexualidade feminina é sobreposta pelo viés da pureza ou seu contrário, sendo a mulher independentemente pura ou impura, tendo seu corpo objetificado e aviltado pelo domínio masculino.

Logo, os conceitos de sexo, sexualidade e gênero se fazem distintos no sentido em que o sexo relaciona-se diretamente com a própria biologia, na formação corporal do ser humano, onde vagina e pênis, a partir dessa lógica, podem ser atribuídos como a única forma possível de obtenção de prazer. Entretanto, se a sexualidade e suas manifestações diversas, por um lado, estão voltadas para o gozo e/ou prazer de si e de outrem e para além dos órgãos genitais, por outro, tal qual a noção de gênero – a sexualidade formula-se enquanto uma categoria criada culturalmente para atender os requisitos hegemônicos. Como bem diz Borrillo (2010), ao expor sobre a “hierarquização das sexualidades”, a sociedade ocidental, desde sua gênese, organiza a vigilância, a normatização e a subjugação das sexualidades, do gênero e, conseqüentemente, desses corpos, pela via da dominação masculina. Com isso, o autor quer nos dizer que as construções sócio históricas tendem sempre a demarcar o homem (figura masculina) em oposição e em negação à mulher (figura feminina), assim como a heterossexualidade frente à homossexualidade.

Borrillo (2010), seguindo a mesma lógica, aduz que a diferença entre homossexualidade e heterossexualidade está para além da diferença sexual e de gênero, mas, que essa tem sido utilizada enquanto um poder ordenatório de regulação ao regime das sexualidades, em que o modelo heterossexual é o único modelo social a ser eleito. Deste modo, excluindo qualquer outra sexualidade.

Dando seguimento, como já fora mencionado, o corpo e a sexualidade não podem ser pensados de modo indistintos, uma vez que ambos originam-se com fins de controle e uniformização. Além disso, também são construídos socialmente em diferentes momentos históricos, com o fim último de regular as relações; controlar a criminalidade ou a manutenção da fé e/ou da crença no divino. Ora, se a sexualidade é aqui pensada enquanto Relação de Poder, logo, esta não deve ser pensada como uma relação vertical. Como é sabido, o poder ao qual Foucault (1999[1975-1976]) se remete é um poder que circula em toda e qualquer relação, seja no campo social a partir das instituições familiares, da governabilidade, da ciência, dentre outros aspectos.

Seguindo a lógica foucaultiana, Muchail (1985) reitera que a função de todas as instituições disciplinares, tais como escolas, fábricas, hospitais e prisões, é “disciplinar a existência inteira do indivíduo pela disciplinarização do corpo” (p. 203). Assim sendo, a sexualidade é investida por saberes, formas de dominação e disciplinarizações e poderes, que se manifestam numa relação necessariamente mediada pela presença, por um lado, de um dominador, e, por outro, do ser dominado. Tem-se aqui, como exemplo de tais relações: o hospital psiquiátrico frente à loucura; o mandante e o mandatário; o persuasivo e aquele que é persuadido; e, ao fim, a heterossexualidade frente à homossexualidade e a transgeneridade, por exemplo (FOUCAULT, 1999[1975-1976]).

Essas relações dão-se, conforme Foucault (1999[1975-1976]), por justamente compreender que na mesma medida em que o poder reprime, este também produz efeitos de saber e de uma dada verdade. Especialmente nota-se, aqui, sobre a produção da verdade do corpo LGBT, que se construiu e se reconstrói concomitantemente no campo social, postos enquanto indivíduos a serem curados a partir dos processos patológicos em que foram inscritos, tanto pelas concepções religiosas, quanto pelas ciências.

Como bem sintetiza Foucault (1999[1975-1976], p. 29):

Para assinalar simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la.

Como indicativo tais sistemas de hierarquias e opressões sexuais atuam de forma contundente na aceção das práticas sexuais socialmente vistas enquanto ilegítimas. Assim, a heterossexualidade administra a matriz da normalidade, regula corpos e mantém nessa mesma ótica a concepção de anormalidade e ilegitimidade (BUTLER, 2003).

Butler (2003) apreende que há no campo da sexualidade uma compulsória social que determina que todas as vidas devam se organizar e, conseqüentemente, estarem em conformidade ao padrão heterossexual. Isso condiz a dizer que todos aqueles que estiverem em oposição devem ser considerados doentes, anormais, sendo, assim, objetos de estudo, tratamento e normatização.

Partindo do pressuposto de que os corpos LGBTs são produzidos historicamente e que são intimamente relacionadas com o tecido social, Nunan (2003, p. 100) relata sobre as normativas da sexualidade e do corpo LGBT ao afirmar:

[...] existem duas formas opostas, mas igualmente preconceituosas, de representação homossexual: a do homossexual violento e a do homossexual efeminado. Ambas as visões mostram a homossexualidade como algo exótico, bizarro, diferente ou anormal [...].

Na contramão da homossexualidade exposta por Nunan (2003), a heterossexualidade, por sua vez, sustenta-se a partir da crença natural ou biologicista, em que gênero e sexualidade são indissociáveis, isto é, o fato de uma mulher possuir vagina, a partir desse viés, a faz ter desejos sexuais pelo sexo oposto. Sobre tal questão, Miskolci (2012, p. 43-44) esclarece:

Heterossexismo é a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais. (...) A heterossexualidade compulsória é a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto. (...) A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero.

Nesse ponto de vista, Junqueira (2007) faz-nos pensar que o século XXI ainda está envolto de preconceitos e discriminações que revivificam a lgbtphobia como

um fenômeno relacionado a questões e relações de gênero, já que o termo, em sua maioria, faz referências aos casos de discriminações contra homossexuais masculinos ou femininos. Vale lembrar, porém, que as expressões sexuais de gênero diferem do modelo heterossexual, quer seja esta falocêntrica ou reprodutiva. Logo, ao se falar sobre as questões acerca da lgbtfobia, há de se incluir: lésbicas, gays, travestis, transexuais e transgêneros.

É preciso, ainda, destacar, considerando as questões acima supracitadas, o paradoxo dicotômico realizado por Achille Mbembe (2011), ao pensar a necropolítica como um modo em que o Estado, pela via de um dado poder, tende a submeter determinadas populações a condições de vida que lhes confere o estatuto de mortos-vivos, sendo assim vidas que ocupam um não-lugar, sujeitos invisibilizados e indizibilizados, logo, sem o status de cidadania. Dessa maneira, Mbembe (2011) faz-nos compreender que ao se tomar como exemplo a comunidade LGBT, estes irrompem o modelo de padrão normativo presente nas questões de identidade de gênero⁵ e sexualidade⁶, sendo assim destituídos de direitos e de liberdade, sobretudo, sobre o seu corpo e sobre o modo como manifestam a sua sexualidade. Por isso que se o controle da necropolítica, por um lado, estabelece a morte (subjativa e física) desses sujeitos; por outro, naturaliza as disparidades sociais por estes experienciadas.

Trazendo importantes contribuições, Caravaca-Morera e Padilha (2018) sintetizam que: “A necropolítica [...] é a reinterpretação e execução taxativa do bio/necropoder, baseada em grande parte nas (i) lógicas de enfrentamento das forças da vida e morte, entanto exerce uma pseudoliberalidade, mas que somente pode ser compreendida na noção de furta-la aos outros. (p.8)

Ao que compete ao entendimento sobre o padrão heterossexual, os autores Vitorino, Louro e Maia (2009, p. 134) fazem uma síntese:

A sociedade está organizada para defender as uniões heterossexuais e sobretudo o seu modelo, aliás facilmente transponível para as relações entre pessoas do mesmo sexo, bem como a do mesmo, com reflexo no entendimento dos laços de sangue, de parental, nas relações entre homens e mulheres, e entre LGBT e hétero-cultura

⁵Como as pessoas se identifica frente ao sexo: homem, mulher ou intersexo (MORAES, 2019)

⁶Faz parte da conduta humana, representa o desejo, o gozo e a atração sexual por um dado gênero (GARCIA-ROZA, 2003).

Por isso, ao versar sobre a heterossexualidade enquanto norma e regime político, Preciado (2011) continua: “A heterossexualidade [...] não é compreendida apenas como uma prática sexual, mas como um regime político que faz parte da administração dos corpos e da gestão calculada da vida no âmbito da biopolítica.” (p. 12).

Nunan (2003), por sua vez, compreende que o seio social, de um modo geral, ao tratar a homossexualidade, a bissexualidade ou a transgeneridade enquanto inferiores, não só reitera discursos e padronizações morais, políticas, culturais, como também corrobora com as ações lgbtfóbicas. Além disso, internaliza nos sujeitos pertencentes à comunidade LGBT o sentimento de inferioridade. Isto é, o autor sustenta que o preconceito, ao ser internalizado pelo homossexual, bissexual ou transgêneros, por exemplo, pode vir a desenlaçar neste o ódio a si mesmo, podendo levar-nos a inferir que esta é uma das manifestações da necropolítica, já que destitui desse o seu estatuto de humano em sua materialidade física e em sua subjetividade psíquica.

Mas o extermínio realmente pertinente é a morte provocada por outro, quer seja por seu discurso ou pelos atravessamentos do corpo onde a morte se perfaz de forma violenta e seletiva, como bem já mencionara Foucault (1990) através do dispositivo do biopoder e que Achille Mbembe (2011), ao retomar a noção foucaultiana, inverte a lógica e atribui a esse Estado de exceção e ao poder que este manifesta, denominando-o de necropolítica. Sendo assim, em países colonizados como o Brasil, a produção da morte se dá em corpos específicos, a saber: mulheres, mulheres negras, população LGBT, idosos e população periférica, por exemplo.

Assim sendo, a escola, o hospital, o mercado de trabalho e demais instituições são apenas um dos reflexos que se apresentam no seio social como aqueles (re) produtores de zonas de morte. São nessas organizações e/ou lugares que os discursos e as ações de cunho preconceituoso e discriminatório se dão, de maneira a reforçar padrões e normas sexuais de identidade de gênero, que serão apreendidas por todos aqueles que convivem naquele ambiente. Assim, são reiterados os preconceitos e discriminações no âmbito social (JUNQUEIRA, 2012; LOURO, 1997).

Mbembe (2011), ainda em sua teorização, explana acerca da figura do escravo, a fim de sinalizar como a soberania estatal apresenta-se frente à raça nos países colonizados, porém, aqui, se tomará a comunidade LGBT enquanto

personificação da mesma lógica, pois tal comunidade encontra-se nas ‘teias da desigualdade’, sendo, porquanto, permeada pelas questões morais, sociais, psicológicas, políticas, jurídicas ou culturais. Tal qual o escravo, a comunidade LGBT se vê encapsulada a um processo de mortificação e dominação, expressas pela discriminação e pelo preconceito frente à identidade de gênero e à sexualidade⁷; pela perda de direitos sobre o estatuto de humano; pelo desemprego ou subemprego; pela perda de direitos sobre o seu corpo; pelo não acesso ao direito à cidade (morte social), dentre outros aspectos.

É por isso que Butler (2018, p.72) nos alerta:

Não podemos falar sobre um corpo sem saber o que sustenta esse corpo, e qual pode ser a sua relação com esse apoio – ou falta de apoio. Desse modo, o corpo é menos uma entidade do que um conjunto vivo de relações; o corpo não pode ser completamente dissociado das condições ambientais e de infraestrutura da sua vida e da sua ação. Sua ação é sempre uma ação condicionada, que é um sentido do caráter histórico do corpo. Além disso, humanos e outras criaturas dependem do apoio de infraestrutura, de maneira que isso expõe uma vulnerabilidade específica que temos quando ficamos sem apoio, quando as condições de infraestrutura começam a se decompor, ou quando nos encontramos radicalmente sem apoio e em condições de precariedade.

E tal qual Butler (2018), Mbembe (2017), ao pensar os territórios fundados pelo poder colonial, como o território brasileiro, nos confirma que há vidas que para o Estado, enquanto poder soberano, são tidas enquanto descartáveis, subprodutos, corpos aviltados, sendo a maneira de regulá-los e discipliná-los através da morte. Morte essa que se operacionaliza tanto na dizimação dos corpos, quanto de populações inteiras, com intuito único de decidir quem importa e quem não importa.

Sendo assim, segundo Mbembe (2011), o corpo LGBT passa a ser objetificado, enquanto “homem-objeto”; um corpo que se apresenta como mero aparelho que se encontra à mercê do Estado, cujo sistema apresenta-se pela via do poder de morte de uns em detrimento da vida de outros no âmbito social, político e jurídico. Poder cujas práticas sociais e disciplinares apresentam-se através de violência como a lgbtphobia, que se sustenta a partir da servilidade da heteronormatividade sexual, sendo esta a lógica que oprime tais corpos.

Para Mbembe (2011, p. 2):

⁷Compreende a intersecção entre sexo biológico (atribuído ao nascimento) e gênero (identificação social) (BUTLER, 2008).

Forjar um sujeito humano novo emergindo inteiro da "argamassa do sangue e da cólera", livre do fardo da raça e desembaraçado dos atributos de coisa. Um sujeito quase-indefinível, sempre em remanescente porque nunca acabado, tal desvio que resiste à lei, mesmo a qualquer limite.

Prado e Machado (2012), acerca dos corpos cuja indizibilidade apresenta-se pelos preconceitos e discriminações mantidos pelas hierarquias sociais, compreende que a sexualidade advém do "preconceito social que produziu a invisibilidade de certas identidades sexuadas, garantindo a subalternidade de alguns direitos sociais e, por vezes, legitimando práticas de inferiorizações sociais, como a homofobia" (PRADO; MACHADO, 2012, p.70). Ainda para Prado, Martins e Rocha (2009), a "homofobia assume o lugar do impensável, ou seja, daquilo que não possui palavras, rede de significação e nomes para existir no mundo público. E, do ponto de vista de sua funcionalidade, exerce a proteção das fronteiras sexuais e de gênero" (p. 220).

Ainda nessa concepção, Butler (2015) sinaliza que há vidas perdidas por justamente se apresentarem na negação de direitos, na impossibilidade de viverem sua sexualidade de modo livre e por socialmente já se constituírem numa condição de enlutada, assim sendo, a autora argumenta:

Não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida "[...] há uma vida que nunca terá sido vivida", que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida. A apreensão da condição de ser enlutada precede e torna possível a apreensão da vida precária. A condição de ser enlutado precede e torna possível a apreensão do ser vivo como algo que vive, exposto a não vida desde o início (BUTLER, 2015, p. 33).

Denota-se que a lgbtfobia perpassa as relações sociais, discursivas e, conseqüentemente, institucionais. Dando, assim, ensejo na manutenção estruturante da hierarquização e das inferiorizações sociais. Por isso, pretende-se debater a problemática da lgbtfobia enquanto manifestação de poder que possivelmente se apresentará pelos atos discriminatórios e preconceituosos; pela difamação; pelas agressões verbais, psicológicas e físicas, chegando ao assassinato de pessoas cuja sexualidade está na contramão da heterormatividade. Para tanto, nesse item, pode-se supor que em nossa contemporaneidade as questões correlatas à diversidade sexual e à livre manifestação sexual ainda estão em volta dos processos de dominação, sendo estes corporificados pela família; pelos dogmas religiosos; pelo saber cientificista; pelo Estado, dentre outras instituições.

3. LGBTFOBIA: ‘NÃO É OPÇÃO, É CONTROLE DA POPULAÇÃO’

A postulação desse terceiro capítulo já se inicia a partir da dificuldade encontrada no estudo da arte, a qual diz respeito, por um lado, à própria definição do termo ‘lgbtfobia’, uma vez que ainda é compreendida ou debatida na esfera acadêmica pelo viés da ‘homofobia’, por outro, supõe-se que ainda há muito a se avançar sobre a dada temática. Por isso, é de suma acuidade que este estudo possa ser pensado como um respiro que resista e que ecoe para possibilidades de um discurso que caminhe na contramão do poder hegemônico, o qual mortifica e silencia os corpos tidos enquanto indesejáveis

Dessa forma, a fim de explorar com maior importância as questões acima mencionadas, se faz considerável a demarcação e a conceituação do termo lgbtfobia, na tentativa de demonstrar a emergência desse na atual conjuntura política, educacional, cultural e social no Estado brasileiro. Tal necessidade justifica-se pelo fato de o termo homofobia parecer não dar conta de abranger e/ou compreender conceitualmente os demarcadores de gênero que são transversalizados no âmbito da sexualidade. Assim, a noção de ‘lgbtfobia’ surge enquanto escolha, a fim de validar não somente o homem em si, mas, outros sujeitos, como lésbicas, transexuais e travestis, por exemplo. Para tanto, supõe-se que se faz importante superar as limitações e as fronteiras dos estudos sobre homofobia, uma vez que ao se utilizar a terminologia lgbtfobia busca-se largar perspectivas rumo a uma melhor legitimidade e dizibilidade aos sujeitos outros, os que permanecem sendo, por vezes, silenciados e pouco debatidos quando as questões de identidade de gênero e orientação sexual estão em pauta

Isto é, a terminologia da palavra “homo”- fobia põe em pauta e/ou evidencia apenas a pessoa do sexo masculino. Por outro lado, ao se referenciar a partir da terminologia “lgbtfobia” contemplar-se-ia todos aqueles que compõem a sigla, de modo indistinto, a saber: Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Assim, a partir desse viés, que a escolha pela terminologia lgbtfobia dar-se-á (CABRAL; ORNAT; SILVA, 2013). No entanto, em sui generis, tanto a homofobia quanto a lgbtfobia são compreendidas pelo viés do medo, da aversão e da violência contra as pessoas que estão em oposição à heteronormatividade (CHAVES, 1988).

O conceito de fobia⁸ para Ferreira (2010) apresenta-se através da angústia intensa e persistente, caracterizada pela aversão a certos objetos, circunstâncias, sentimentos e pessoas. Já, para Koehler (2013) a lgbtphobia tem sido deliberada enquanto sentimento de asco, rejeição, aversão, medo, pavor ou ódio aos homossexuais, travestis, lésbicas e, por extensão, todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero díspar da heteronormatividade imposta. Isto é, as atitudes, os comportamentos e os discursos lgbtphóbicos perpassam desde a agressão física, a ridicularização, o bullying até o assassinato desses sujeitos (KOEHLER, 2013).

Nessa lógica, Rios (2007), ao pensar a noção de lgbtphobia, a entende a priori pela concepção do preconceito, que se apresenta pelos atos lgbtphóbicos, mas se inter-relacionam com o racismo e o sexismo, enquanto expressões de discriminações. Contudo, sobre o preconceito Fiorin (2000, p. 23) continua:

Os preconceitos aparecem quando se considera uma especificidade como toda a realidade ou como um elemento superior a todos os outros. Neste caso, tudo o que é diferente é visto seja como inexistente, seja como inferior, feio, errado. A raiz do preconceito está na rejeição da alteridade ou na consideração das diferenças como patologia, erro, vício, etc.

As discussões quanto aos sujeitos LGBTs fundem-se em torno de vários aspectos e dificuldades enfrentados por esses, os quais são considerados excluídos e vulneráveis. Além disso, trazem consigo processos de indizibilização, especialmente, perante o sistema binário, que impõe o modo de viver e de se existir a ser cumprido pela sociedade. Logo, quem, por ventura, estiver na contramão das normas socialmente impostas poderá vir a estar frente aos discursos e às ações de preconceito e discriminação.

Butler (2016, p. 34) pontua sobre a normatização e subjugação dos corpos:

As normas de gênero estão profundamente relacionadas à como e de que maneiras nós podemos aparecer no espaço público; a como e de que maneiras o público e o privado são diferenciados, e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual; de quem será criminalizada com base na aparência pública (com isso, quero dizer: quem será tratada como criminosa e produzida como criminosa, o que não é sempre o mesmo que ser a pessoa criminosa denominada por um código legal que discrimina contra manifestações de certas normas de gênero ou certas práticas sexuais); quem não conseguirá proteção pela lei, ou, mais especificamente, pela polícia, na rua, ou no emprego, ou em casa – em códigos legais ou instituições religiosas [...].

⁸Grego *fóbos*, ou, medo + *-ia* (FERREIRA, 2010)

Para Prado e Machado (2012), as discriminações contra o sujeito LGBT dão-se no transcorrer da história humana. Para ele, no que diz respeito à sexualidade, “o preconceito social produziu a invisibilidade de certas identidades sexuadas, garantindo a subalternidade de alguns direitos sociais e, por vezes, legitimando práticas de inferiorizações sociais, como a homofobia” (PRADO; MACHADO, 2012, p.70).

Os autores chamam-nos atenção mais uma vez, ao mencionar que:

Na sua dinâmica, a homofobia assume o lugar do impensável, portanto, daquilo que não possui palavras, rede de significação e nomes para existir no mundo público. E, do ponto de vista de sua funcionalidade, exerce a proteção das fronteiras sexuais e de gênero (PRADO; MACHADO, 2009, p. 220).

Desse modo, pode-se entender a lgbtobia como algo além de um juízo pré-concebido sobre outrem, pois trata-se, sobremaneira, de uma manifestação de rejeição e de exclusão do outro visto enquanto diferente, mas ainda no campo do inteligível. Assim, a discriminação se perfaz no ato ou na materialização da ação agressiva contra aquele que se rejeita (FERREIRA, 2010). Esse tipo de violência não está somente engendrado na estrutura das instituições, como nos mecanismos de saber-poder que circundam em todas as relações, mas, sobretudo, na sustentação das técnicas repressivas e classificatórias dos indivíduos. Nesse sentido, a discriminação é ação coletiva através da violência, ou seja, quando se sai da seara da intangibilidade (do pensar, do não concreto) e se exterioriza, isto é, “[...] a discriminação é a exteriorização do preconceito” (VECCHIATTI, 2011, p. 744).

Percebe-se, assim, que o preconceito e a discriminação são comumente utilizados como modos de demarcações, de seletividades e/ou critérios sociais que prejulgam os sujeitos. Reitera-se, então, que as dinâmicas que circundam o preconceito e a discriminação estão intrinsecamente ligadas às Relações de Poder e aos discursos que dela derivam, apresentando-se de modo transversal pela questão econômica, de raça, de classe, de gênero e da sexualidade, tendendo, de modo contínuo, a segregar e a estigmatizar dados sujeitos.

Neste sentido, Mott (2002) ainda argumenta que a imagem institucionalizada no período colonial sobre o homem heterossexual constrói-se a partir dos significados de autócrata, macho, agressivo, sendo sua remontagem nas sociedades ocidentais contemporâneas como aquele que é provedor, viril, dominador e responsável pelo sustento do lar, onde:

[...] ser super-homem foi condição sine qua non da manutenção do próprio projeto colonial. Um homem delicado, medroso, efeminado, sensível, jamais conseguiria manter o indispensável clima de terror para conservar submissa a 'gentalha' todos os que não eram machos brancos. Daí a repressão brutal contra qualquer efeminação e inversão sexual, por representarem perigosíssimo fator de instabilidade do projeto colonizador e a hegemonia dos donos do poder (MOTT, 2002, p. 44-45).

Contudo, essa questão faz-nos supor que o preconceito e a discriminação são inerentes aos discursos construídos sócio historicamente sobre uma dada questão, especialmente, aqui, a noção de lgbtfobia, a qual se mantém através de poderes hegemônicos que se (re) estruturam em todas as relações e instituições. Dito isso, nota-se que os discursos buscam contribuir e validar espaços de segregações e, também, de mortificações. O que se percebe é que a dinâmica histórica, social, política e econômica sempre esteve sob a égide do tratamento da diferença, não só entre os sexos (feminino e masculino), mas, também, sobre as raças e as classes, principalmente na diferenciação entre as sexualidades e suas manifestações diversas, estando incluso, nesse interim, os sujeitos LGBTs.

Ou seja, ainda em nossa contemporaneidade, a lógica heteronormativa, instituída pelas mais variadas instituições e relações sociais, ainda é posta como modelo ideal de normatividade frente à homossexualidade, à transexualidade ou à transgeneridade, consideradas patologias. Assim sendo, os discursos dessa lógica, no campo social, psíquico, religioso, cultural, político, dentre outros, têm como efeito a deslegitimação de toda e qualquer manifestação de sexualidade que seja contrária à heteronormativa. Para além disso, tais discursos tendem a ser terrenos frutíferos para ações de violência, opressão, preconceitos e discriminações (CEVASCO, 2010).

A historicidade foucaultiana ensina-nos que os domínios de saber-poder dão-se a partir das ações sociais, sendo estas inseridas em um determinado momento cultural, histórico e social, conforme já mencionado anteriormente. E é com base nessa historicidade que a sexualidade e, a posteriori, o gênero foram postos num discurso a fim de um único objetivo: a produção de verdade/saber sobre o corpo e a vida de outrem.

Dito de outro modo, não há como conferir a verdade sobre o corpo da pessoa saindo do pressuposto de que a sexualidade é diversa, plural, bem como as práticas sexuais dos sujeitos, seus desejos e seus modos de gozo. Porquanto, não há como universalizar os prazeres, e essa é a denúncia que Foucault (2014[1978]) vai fazer,

quando os discursos universalizantes frente à sexualidade começarão a ser pensados e debatidos na academia científica, e também fora dela. É com Foucault (2014[1978]) que as relações monogâmicas e heterossexuais, tidas enquanto normais e saudáveis, passam a ser pensadas enquanto inventiva social, que se remonta a partir de cada cultura na tentativa de aniquilar e universalizar comportamentos.

Ancora-se a dada argumentação quando se traz em pauta o Relatório sobre Violência Homofóbica, em 2012, o qual já apontava que o Brasil encontrava-se como um dos países mais lgbtfóbicos e racistas do mundo. Nele, o perfil sócio demográfico das vítimas de violência lgbtfóbica que se autodeclararam pretas e pardos é de 40,55%, seguidos daqueles que se autodeclararam brancos, cuja estimativa é de 26,84% - e que, de modo proporcional, somou-se a 52,17% da população negra que tinha seus corpos aviltados pela lgbtfobia, em comparação à população branca que se estimou em 44,52% (BRASIL, 2012).

Ratificando o acima mencionado, Mott (2002) confirma que o Brasil é um dos países com maior número de assassinatos da população LGBT no mundo, bem como aquele que se apresenta a favor da normativa heterossexual.

Já no ano de 2013, a questão de raça apresenta-se num contínuo crescimento no que diz respeito, especialmente, aos assassinatos de pessoas transexuais, seguidos de gays, e aos estupros corretivos ⁹às mulheres lésbicas. Ainda no dado relatório, um outro aspecto de suma importância diz respeito aos locais onde as violências físicas e psíquicas e, em última instância, os assassinatos ocorrem; são comumente nos espaços públicos, como ruas, vielas, praças, estradas, escolas e em instituições públicas, como hospitais, por exemplo (BRASIL, 2013).

Brasil (2013), conforme a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), afirmou que as denúncias de violência lgbtfóbicas aumentaram 94% no Brasil entre os anos de 2015 e 2016. Esses casos envolveram, além do assassinato, o bullying, os abusos psicológicos e patrimoniais, a discriminação e a violência sexual, bem como outras expressões de violência contra dada população (BRASIL, 2013).

⁹Delito/Crime, segundo a qual um homem ou mais, estupram mulheres lésbicas, supostamente como forma de curar sua orientação sexual (SOUSA, 2017).

Notadamente, assim como o corpo deixa de ser da esfera do privado e passa a se constituir enquanto público, a sexualidade também começa a ser construída de tal modo e não diferentemente. Essas questões dão espaço para pensar que a lgbtfobia se presentifica nos mais diversos âmbitos do convívio social, como no contexto familiar e escolar, nos espaços que compõem a cidade, nos ambientes de trabalho, nas igrejas, na polícia e demais esferas cujo poder público se faz presente. Por essa razão, os Relatórios sobre Violência Homofóbica no Brasil, datados de 2011 a 2013, ratificam que a violência lgbtfóbica se dá em todas as esferas do contexto social, especialmente no que tange à violência contra os corpos travestis, cujo preconceito vai além da sexualidade, haja vista que se perfaz também pelo gênero. Nessa lógica, o Brasil apresenta-se enquanto um dos países mais lgbtfóbicos do mundo, como bem se pode observar no *“Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018”*, o qual revela que 158 pessoas tiveram suas vidas ceifadas em função dos atos lgbtfóbicos (NOGUEIRA; BENEVIDES, 2019).

Ainda nessa lógica, Brasil (2016) alude que o “enfrentamento ao preconceito, à discriminação e à exclusão, que atingem transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays no país, por possibilitarem a não visibilização frente à quantificação e comparação da realidade de violações dos direitos humanos”, tende a se manter em desenvolvimento (BRASIL, 2016, p. 10). Essas questões que se apresentam em crescimento contínuo acabam por serem validadas pelo aparelho estatal e pela sociedade como um todo, por seu silenciamento, quer seja na não aplicabilidade jurídica das agressões de cunho lgbtfóbico, nas invisibilidades dos dados de violência ou na negação de direito a um atendimento na saúde pública, por exemplo. Denota-se, desse modo, que se manter silente em todas as esferas e instituições é corroborar de forma significativa com os atos funestos e discriminatórios que mortificam os corpos LGBTs.

Segundo os relatórios divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), só no ano de 2016, 343 pessoas LGBTs tiveram suas vidas ceifadas, sendo esse um dos maiores índices comparado aos anos anteriores. Ainda, de acordo com o relatório, a cada 25 horas uma pessoa é assassinado pela violência lgbtfóbica, sendo esses assassinatos realizados comumente com resquício de crueldade, dentre eles, decapitações e dilaceração dos órgãos sexuais (vagina e pênis); o que faz do Brasil, em escala mundial, um dos países cuja prática lgbtfóbica se dá de modo contíguo e

abalizado pelo Estado, ou seja, matam-se mais LGBTs no território brasileiro do que nos 13 países do Oriente e da África, onde há pena de morte contra a dada população (GRUPO GAY DA BAHIA, 2016).

E ainda diante desse cenário, a Transgender Europe¹⁰ (2020) confirmou que Brasil lidera o ranking mundial entre os países mais transfóbicos¹¹ do mundo, sendo tal afirmativa confirmada nos dados analisados da referida organização, a saber:

No ano de 2018 identificou que só no mês de janeiro 271 pessoas transgêneras foram mortas em 72 países, e sendo dessas, 125 pessoas no Brasil. Mortes essas que são marcadas fortemente por requintes de crueldade e decorrente de esfaqueamentos, pauladas, torturas, decapitações, queimaduras, esquartejamentos e mutilações (TRANSGEDER EUROPE, 2020, n.p.).

Outro ponto importante, diz respeito ao relatório de violência homofóbica datado no ano de 2011, o qual apontou que:

5,34% das violências lgbtfóbicas ocorridas no Brasil afirmaram se identificar com o gênero masculino, sendo 34,5% identificando-se com o gênero feminino; 10,6% se identificaram como travestis; 1,5% como mulheres transexuais e 0,6% como homens transexuais (BRASIL, 2012, p.17). No entanto, no ano seguinte houve uma diferenciação no quadro referente à “identidade das vítimas”, apontando que 34,5% das vítimas se identificavam enquanto lésbicas; 34% gays; 10,6% como travestis; 1,5% como mulheres transexuais e 0,6% enquanto homens transexuais (BRASIL, 2013, p.19).

Por conseguinte, Rios (2011, p. 34), ao trazer a lgbtfobia para ser pensada no território brasileiro, afirma que essa se entrecruza com as questões de raça, gênero e classe, espondendo que a lgbtfobia compara-se ao antissemitismo, ao racismo e ao sexismo. Além disso, indica que essas “são manifestações diversificadas dos fenômenos singulares do preconceito e da discriminação”. Contudo, ao se analisar a dada problemática numa perspectiva descolonial, compreende-se que essas concepções mantêm-se estruturalmente marcadas pelo processo que se funda através da invasão europeia, que institui a universalização dos corpos, a classificação social e a dizimação dos povos originários.

Casanova (2006)¹² ratifica que historicamente a manutenção do poder se dá em territórios cuja colonização europeia operou, onde se vem reproduzindo formas

¹⁰Rede de organizações que atuam no combate à violência e discriminação contra pessoas transexuais e no apoio aos seus direitos humanos fundamentais (TRANSGEDER EUROPE, 2020) Disponível em: <<https://tgeu.org/>>. Acessado em 08 de agosto de 2020.

¹¹Ações transfóbicas ou transfobia são atos, sentimentos ou ações de repulsa, asco ou de cunho discriminatórios contra pessoas transgêneros, ou pessoas percebidas como tal (RIBEIRO; SILVEIRA, 2020).

de violência, negação de direitos e expropriação de corpos, vivências e saberes que estruturam desigualdades, especialmente no que compete à raça, que fora construída desde então pela via da desvalorização estética do não branco, do apagamento de sua história, de seus costumes e da construção de uma política segregatória e excludente (CASANOVA, 2006). Como bem corrobora Santos (2017) apud Ramos (1995), “para que a minoria colonizadora mantivesse e consolidasse sua dominação sobre as populações de cor, foi preciso que esta, por meio de uma inculcação dogmática [...] linguística, religiosa e de seus valores estéticos e de costumes”, mantivesse os corpos marcados pela diferença em posições de subalternidade (SANTOS, 2017, p.13 apud RAMOS, 1995). No entanto, fora a partir dos padrões hegemônicos e de ideal de brancura que os preconceitos, o controle econômico, político e social apresentaram-se pela via da servilidade, exclusão, violência e morte.

Diante dessa superioridade construída pelo olhar europeu, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2017) questiona os limites da soberania estatal e busca relacioná-la com o racismo, compreendendo que a necropolítica é o uso do poder social e político que exercerá o controle e a classificação das vidas passíveis de viverem ou morrerem, criando, assim, zonas de morte para populações específicas. Mbembe (2017) ainda sustenta que a democracia liberal, assim como o capitalismo, só existe a partir da servilidade, do racismo, do colonialismo e do imperialismo, e esta é a lógica da inimizade, que avança sobre as sociedades ocidentais contemporâneas justamente por exercer-se no controle dos corpos, sobretudo, dos corpos negros, lgbs, periféricos, dentre outros (MBEMBE, 2017).

Assim sendo, nas sociedades contemporâneas, frutos do colonialismo europeu, é o Estado que instituí novas formas de matar todo aquele tido enquanto “diferente”, e é na reinvenção da morte que a lgbtphobia surge enquanto projeto da institucionalização dos processos de morrer, quer seja na cientificidade, na discriminação ou na negação do direito de existência subjetiva, por exemplo. Portanto, para os corpos LGBTs, a morte apresenta-se antes mesmo do falecimento concreto do corpo biológico, é anterior a esse, como bem argumenta Caravaca-Morera e Padilha (2018, p. 8):

¹²Tradução da autora.

O poder necropolítico é a rede que se estabelece entre esses elementos que não só declaram morte e invisibilidade [...] mas também que perpetuam atos que ajudam a segregar e a obstaculizar o reconhecimento de sua identidade em aquelas pessoas que lutam por sobreviver e recusam a morrer [...] a necropolítica [...] é compreendida como uma engrenagem social, cultural e simbólica que produz outros códigos gramaticais e interações sociais por meio da gestão da morte e a invisibilização

Butler (2016), corroborando com os ditos de Caravaca-Morera e Padilha (2018), sintetiza que essas são pessoas cuja vida torna-se matável, pois o que está em voga é a precariedade da vida, o que se dá na necropolítica atual, justamente porque o Estado, a ciência, a medicina, a política e as demais instituições reguladoras são os que ditarão quais são aqueles que serão incluídos ou excluídos; quais as vidas são passíveis de serem perdidas, ou o seu contrário. Sobre essa questão, a autora ensina-nos:

Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos [mas também políticos, econômicos, religiosos, de gênero], então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras (BUTLER, 2016, p. 13).

Fora observando essas questões que Mbembe (2011), ao partir da análise foucaultiana do conceito de biopoder, argumenta que a noção de biopoder não é suficientemente capaz de explicar a prática soberana de sua condição de 'deixar morrer e deixar viver' em países como o Brasil, cujo processo colonial ainda se personifica. Especialmente, porque a construção desse modelo hegemônico sobre os corpos fora fundamentado numa visão eurocêntrica sobre o homem branco e heterossexual, portanto, é uma visão que não deu conta de explicar as singularidades estruturais da sociedade brasileira, que adentra o capitalismo em meios aos antagonismos que transversalizam as questões de raça e sexualidade. Ainda na contemporaneidade, o racismo e a lgbtfobia apresentam-se enquanto fissuras no tecido social, por isso, nesse sentido, Mbembe (2017), ao trazer seu olhar para a América-Latina, cujas estratégias de poder dão-se pelo e/na ótica do colonizador europeu, nos lança a pensar que as sociedades e as cidades colonizadas foram erigidas a partir de um estado de exceção, onde a violência, a degradação do outro e as práticas coloniais dar-se-iam pela via do necropoder (MBEMBE, 2011).

Essa é a situação análoga em que os escravizados viviam no período colonial, uma vez que tinham seus corpos continuamente aviltados pela violência e à

mercê dos desejos de seus senhores, quer sejam estes concretizados pelos estupros às mulheres negras e pela hiperssexualização de seus corpos, ou pela negociação do retalho desses, como a vendas de seus dentes; os açoites e os massacres subjetivos, o que os colocavam num lugar de não existência-psíquica. Esses são alguns dos exemplos de como o processo colonial operou no corpo negro, e que permanece a fazê-lo, remontando a ordem colonial pelo viés da precariedade da vida.

Contudo, afirma-se, a partir de Mbembe (2017), que a política de morte e as relações de inimizade que dela derivam se dá desde o momento em que a escravização do povo negro e indígena não foram considerados enquanto crimes hediondos contra a humanidade, ao contrário do que ocorreu na Alemanha Nazista, por exemplo. O que se quer afirmar com isso é que a escravidão nunca foi considerada como tal, sendo essa a mesma lógica dada à lgbtfobia, uma vez que esta se apresenta enquanto violência legítima pelo Estado. Além disso, é regularizada pela manutenção dos discursos morais que colocam os corpos enquanto dissidentes e pecaminosos; na inexistência de medida protetiva para os casos de violência lgbtfóbica ou na superexploração da mão-de-obra desses sujeitos a serviço do crescimento econômico e da manutenção do capitalismo enquanto sistema que se apresenta na financerização das vidas. Ou seja, há aí uma prática autorizada e contínua de agressão, de violência e produção de morte sobre os corpos LGBTs e dos corpos outros demarcados pela diferença. São práticas que se mantêm presentes e impactam, conseqüentemente, no comportamento, na subjetividade e no modo de como estes habitam a cidade.

Hoje, em nossa contemporaneidade, a soberania do Estado é compreendida como aquela que remonta tais violações, tanto frente ao corpo negro, quanto ao corpo LGBT, pois os aprisionam no subemprego; na ausência da liberdade sobre seus corpos e de suas manifestações sexuais; na mortificação de suas subjetividades; na negação do direito aos acessos à cidade e no controle da liberdade de ir e vir nos espaços que compõem a mesma, uma vez que essas ações perpassam automaticamente pelo racismo, assédio e pela violência lgbtfóbica, dentre outras questões.

Ratifica-se que o corpo LGBT, atravessado pelas questões raciais, passa a ser posto enquanto abjeto que se apresenta como um mero aparelho à mercê do Estado e do capital, cujo sistema se dá pela via da morte de uns, em detrimento da

vida de outros. Por sua vez, a colonização foi um processo que atuou através da violência e do aniquilamento das existências dos povos autóctones no território latino-americano no período colonial. Na contemporaneidade, a necropolítica é a sombra colonial que se apresenta na reinvenção desse processo, já que a morte se circunscreve em todo tecido social através da classificação e da criação de zonas de morte, zonas que determinam lugares sociais díspares frente à raça e à sexualidade, mantendo-os num status de “mortos-vivos”, de seres abjetais, justamente porque o racismo, tal qual a lgbtfobia, é uma condição indispensável e necessária para poderem ceifar a vida de outrem, uma vez que a soberania estatal só tende a se manter e/ou assegurar-se desde que atue pelo necropoder.

Baccheta (2015), sobre a intersecção entre sexualidade e raça, confirma que é o Estado que se apropria em fazer a seleção dos corpos e se encarrega de classificar os corpos LGBTs em cores possíveis de assimilação e de cores não assimiláveis (BACCHETTA, 2015). Por sua vez, Audre Lorde (2009, p. 156-157)¹³, ao trazer a pauta do racismo e da lgbtfobia, explicita que ambas se interseccionam, já que:

[...] dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são negros. Não há hierarquias de opressão.

Contudo, denota-se que a regularização e a gestão da violência que se apresenta através dos sistemas classificatórios entre brancos e negros, heterossexuais e homossexuais, bissexuais ou transgêneros, são as políticas de morte que se apresentam no corpo LGBT, bem como nos corpos negros, contra os quais o racismo se dá. Esses são marcadores essenciais para se refletir como a necropolítica e o necropoder se produzem na remontagem de outras formas de matar. Ou seja, é preciso que o Estado se mantenha racista e lgbtfóbico, para continuarem a legitimar a morte de corpos específicos e, assim, subjuguem a vida pelo necropoder (OLIVEIRA, 2014).

Portanto, esses discursos, que aqui podem ser compreendidos enquanto lgbtfobia, estão entrelaçados com as práticas coercitivas e repressoras que ao longo

¹³Tradução da Autora.

do tempo foram sendo desenvolvidas e aperfeiçoadas nas relações humanas, e não apenas no âmbito estatal ou institucional. Enquanto relações de forças agem de modo circular e não estático, uma vez que falar em Relação de Poder é, sobretudo, compreender que este não pertence a um dado indivíduo, mas está contido em toda e qualquer relação tocada pelo social. Nesse sentido, Boff (2008, p. 190) explica: “o poder também não pertence a alguém, isto é, não provem de uma relação entre dominados e dominadores; não é uma instância dual, binária, mas sim, uma instância onipresente, isto é, se produz a cada instante, em todos os pontos, em todas as relações”.

É por isso que se faz necessário trazer à tona essas reflexões, tanto para o fortalecimento e a conscientização de uma sociedade tolerante e que respeite quaisquer formas de existência, quanto para identificar as violências que se atravessam pela via do discurso lgbtfóbico e que tendem a mortificar esses sujeitos. Nesse sentido, torna-se relevante identificar as violências sofridas por essas pessoas, mapeando os locais onde estas incidem como forma de contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para a comunidade LGBT.

A produção teórica desenvolvida por Lage (2013, p. 102) acerca da descolonização mostra-se da seguinte forma:

O desafio da descolonização começa pelo questionamento da ideia de igualdades e de diferença que, no modelo hegemônico se apresentam fundamentalmente ancoradas na ideia de hierarquias. A construção cultural acerca das subjetividades subalternas encontra terreno fértil para naturalizar diferenças biológicas em diferenças sociais, condenando a diversidade humana ao cerceamento das suas possibilidades para a procura de um padrão único. Assim, o caminho para a igualdade é defendido, não apenas pela via da equidade, mas também pela via da homogeneização de subjetividades e práticas sociais.

Embora haja alguns debates sobre a problemática em tela, ainda há muito o que avançar sobre a questão da lgbtfobia. É nesse sentido que Brasil (2016) se faz importante ao dizer: “enfrentamento ao preconceito, discriminação e exclusão que atingem transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays no país, por possibilitarem a visibilização, quantificação e comparação da realidade de violações dos direitos humanos” (p. 10).

E ainda, como bem nos diz Ortega (1999, p. 170):

A luta homossexual deve (nisto consiste seu poder transgressivo ampliável a outros tipos de conflitos sociais: movimentos antirracistas, ou feministas

etc.) aspirar à criação de um novo “direito relacional”, que permita todo tipo possível de relações, em vez de impedi-las ou bloqueá-las [...] A possibilidade de constituir formas novas de sociedade é também possível para a comunidade heterossexual, que tem de ser incluída na luta por um novo “direito relacional”.

Isto é, ainda são incipientes os estudos que deem dizibilidade à temática da lgbtfobia pensando-a enquanto corpos cuja diversidade sexual se perfaz pelo viés da morte, corpos estes que são demarcados pelas questões de raça e de gênero e, sobretudo, pela sexualidade. Portanto, é de suma relevância demarcar essas questões, para que, desse modo, os discursos que se pretendem avançar não venham a se tornar processos que reiterem violências e exclusões. Faz-se pungente a superação das barreiras sociais e históricas que continuamente têm aniquilado simbólica ou materialmente tais corpos.

4. A UNIVERSIDADE: DOS PROCESSOS DE INDIZIBILIZAÇÃO AO PONTO DE INFLEXÃO

Antes de dialogar com as questões possíveis de entrelaçamento entre a Universidade e a lgbtfobia, é preciso, a priori, situar o leitor sobre o recorte espacial que versa a investigação. Dessa maneira, a Universidade, na qual se realizou a referida pesquisa, é a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), situada na região sul do Rio Grande do Sul, no município de Pelotas, sendo esta uma cidade, conforme o IBGE de 2020, com o número de aproximadamente de 343.132 habitantes e por assim dizer, essa considerada a quarta cidade mais populosa do Estado e sendo ainda digna de nota, que esta fora colonizada por portugueses. O dado município tem enquanto etnicidade pessoas negras, brancas, pardas e indígenas. Em tese, observa-se que a cidade de Pelotas se viabiliza enquanto uma cidade universitária, plural e diversa (IBGE, 2020).

Ao que compete o enlace sobre uma possível interlocução entre a Universidade e as questões que se relacionam com a lgbtfobia, Louro (1997) e Junqueira (2012), fazendo-nos pensar os ambientes educacionais, afirmam-nos que estes são um dos primeiros e fundamentais locais em que estas discriminações de cunho sexual far-se-ão presentes. Aposta-se, aqui, que a universidade reforça normas e padrões sexuais, acabando por também reiterar discursos e comportamentos preconceituosos frente à diversidade sexual, sendo esses assimilados por todos aqueles que coexistem neste ambiente. Desse modo, fazendo com que tais comportamentos e atitudes sejam mantidos.

Para corroborar com o referido entendimento, veja-se:

Homofobia pode ser entendida para referir as situações de preconceito, discriminação, e violência contra pessoas (homossexuais ou não) cujas performances e ou expressões de gênero (gostos, estilos, comportamentos etc.) não se enquadram nos modelos hegemônicos postos. (JUNQUEIRA, 2007, p.153).

Ainda sobre a Universidade, Derrida (2003) traz uma importante contribuição ao colocá-la enquanto um lugar de independência, de livre pensar, sendo, assim, também um lugar da livre-pesquisa. Por isso, a diferencia das demais instituições de pesquisas que se voltam apenas para a seara econômica. Nota-se, então, que o autor nos faz pensar o contexto universitário como lócus desconstrutivo e emancipatório, onde as questões críticas e as produções de conhecimentos são

postas como formas de potências e resistências à oposição do Estado, da moralidade e a de quaisquer relações de poderes presentificadas nesse íterim que limitam ou normatizam os corpos.

Ressalta-se que Derrida (2003), ao pensar a instituição universitária e a noção de incondicionalidade, o faz justamente numa analogia ao poder instituído nesse lugar, dessa universidade, como um local de poder. Seguindo nessa lógica, a universidade, analisada enquanto uma instituição política e um corpo social (docentes, discentes, funcionários, etc.), é um lugar de denúncia e de reivindicação a este poder, cabendo a ela resistir as tentativas de disciplinarização política, econômica, religiosa, sexual ou jurídica.

Compreende-se que pensar a Universidade como um espaço de mudança sociocultural e política é estar ciente de que essa também é um lugar que produz e reproduz os discursos já presentificados no âmbito social e estatal, os quais determinam que todos os grupos sociais sejam inscritos através de uma relação de poder, em que a moralidade, os ensinamentos religiosos e a sexualidade são sobrepostos nas falas, nas atitudes e nos comportamentos. Prontamente, ao se pensar o recorte LGBT, estes são comumente imbuídos de julgamentos, de pré-conceitos e discriminações. Logo, é a partir dessa Episteme Clássica, que torna o corpo LGBT objeto de exclusão por se encontrar numa degenerescência moral e ter um corpo como algo a ser normatizado a fim de que se obtenha uma conversão moral, é que a discussão terá seus desdobramentos, especialmente, na ânsia de falsear os discursos impostos no social. Tais discursos reiteram-se no contexto universitário, uma vez que este é também um recorte do que se apresenta no todo social (FOUCAULT, 2014[1978]).

Portanto, faz-se de suma relevância expor que, embora a dada pesquisa tenha sido realizada na Universidade Católica de Pelotas, não se trata de afirmar que esta é uma instituição lgbtfóbica, mas, de dizer, sim, que essa se encontra imbuída no emaranhado social, onde as questões de preconceito, discriminação e política de morte se dão. E não há como deslocá-la desse sentido, uma vez que se faz notório que a referida Universidade inclui-se nas estruturas societárias que determinam regras sobre o corpo e a sexualidade de outrem, a partir de paradigmas morais e religiosos, logo, sociais. Ou seja, a estrutura social configura-se num poder avalizado pelo Estado, pela religião, pela moralidade e pela cientificidade, a que todas as instituições estão sobrepostas.

Por isso, é de suma relevância que esse contexto universitário nos entrelaces com a sexualidade venha a ser observado e estudado, pois, caso esses debates não se deem, a "academia" pode vir a ser mais um dos espaços que retroalimentam no "fazer das políticas e nas respostas do Estado" frente aos processos de mortificação e subjugação desses sujeitos cujos corpos são marcados pela diferença sexual, bem como corpos outros racializados, justamente por serem a lgbtfobia, o racismo e o sexismo categorias que elucidam/evocam sofrimentos e opressões em disputa na cena social (AGUIÃO, 2014).

Sobre o Estado, enquanto negação do direito de existir, Bento (2011, p. 361-362), ao pensar a população LGBT, considera que:

Não se pode afirmar que há a mesma proliferação de discursos para proteção de travesti, transexual, gays e lésbicas se comparada à mulher cromossomaticamente XX [...]. Basta um rápido acesso à página eletrônica da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres lá encontramos inúmeros artigos, pesquisas, legislações, um disque 180 para denunciar violência contra as mulheres, campanhas. É inegável a proliferação de discursos sobre 'a mulher' nas últimas décadas [...], insistente e persistente produção da mulher hiper-real [...], responde mais a uma demanda de manutenção de determinadas posições de prestígio de feministas que operam seus modos operandi pela matriz heterossexual [...], o velho binarismo estruturalista nunca esteve tão e voga e tão poderoso como agora. Ele está no Estado, em suas políticas.

Essa forma de sexismo e de lgbtfobia não só deprecia a população transgênero e lésbica, por exemplo, mas, todos os outros sujeitos que não se encaixam no modelo patriarcal e capitalista. Portanto, é dessa maneira que o pensamento foucaultiano faz-nos compreender que os corpos LGBTs apresentam-se não apenas fissurados socialmente, mas, para além. Esses corpos são como rasuras imaginárias que se delineiam por todo o tecido social, podendo ser compreendidos enquanto atores sociais que não deveriam estar e/ou ocupar um dado lugar na sociedade, já que se supõe que este, por ser excluído ou censurado, tende a ser posto num lugar abjetal, de não identidade e passível de exclusão e extermínio (FOUCAULT, 2014[1978]).

Estamos, então, frente a uma sociedade panóptica, na qual corpos, comportamentos e sexualidades são mantidos mediante dispositivos de poderes. Sendo assim, quando as instituições pela via do discurso impedem, censuram, normatizam um dado indivíduo, acabam por fazer e contribuir não tão somente com o binômio: normal versus anormalidade/monstruosidade, mas também, com a promoção da violência, do extermínio e da lgbtfobia. Tais dispositivos de poderes

apresentam-se enquanto um fenômeno naturalmente repressivo, em que a execução profilática tende a ser a medida cabível para se regular os corpos indesejados.

Logo, os corpos que sofrem processos de indizibilização são tidos como propriedades do Estado e além dele, pois se localizam, enquanto tais, em outros lugares e instituições, como no âmbito universitário; no hospital; na família; nas questões econômicas e no contexto religioso. Assim, já não há como se reduzir ao termo poder, mas há de se compreender enquanto Relação de Poder, pois este liga-se ao exercício de um poder que é contínuo, cíclico e que se presentifica em todas as searas sociais e em todos os sujeitos.

Sendo assim, a Universidade, a partir da compreensão de um espaço do exercício do poder, não pode vir a ser interpretada como uma perda de forças, mas o seu avesso, como multiplicação dos efeitos de poder, onde a comunidade LGBT é afetada pelos discursos que permeiam o contexto universitário e vice-versa. Justamente, porque as imposições morais que abalizam/ reprimem o debate das sexualidades pela sociedade refletem em todo contexto social. Logo, a Universidade, enquanto instituição, não foge a essa realidade construída pelo viés da normativa dos corpos, do silenciamento e do apagamento do outro, enquanto não-sujeito.

Portando, pensar a universidade e a produção de conhecimento no território brasileiro é compreender que o necropoder mbembiano acerca da política de morte compara-se ao que Boaventura de Sousa Santos (2017) apreende enquanto negação ou epistemicídio do conhecimento, ou seja, o dado autor, ao trazer à baila o pensamento moderno ocidental, diz ser este um pensamento abissal, e isso consiste em dizer que a realidade social e a produção da ciência no espaço universitário se dá de modo ontológico díspar, dividindo o mundo em duas linhas invisíveis. A saber, a linha do Norte Global, sendo aquela linha visível e onde os saberes, a produção do conhecimento, a legalidade e os países desenvolvidos encontram-se. Já num outro extremo, o Sul Global enquanto aquela linha invisível, onde se localizam os despossuídos de saber, a selvageria, a ilegalidade, as crenças. Logo, pensar o território brasileiro é compreendê-lo enquanto essa zona colonial, que se funda pela extorsão dos colonizadores e pelos saqueamentos das riquezas desse “outro lado da linha” e pela dizimação em massa dos povos autóctones, e isso inclui o próprio aniquilamento dos saberes desses.

Ou seja, o processo colonial não só destituiu o saber advindo do povo africano e do povo indígena, como os resquícios desse processo têm se mantido nas sociedades ocidentais modernas, de modo a negar a existência epistêmica de toda produção de conhecimento que se encontre em dissonância com o eurocentrismo. Dito isso, os que estão do lado da linha visível estão pautados no protagonismo europeu e na visão universalizante de humano; no capitalismo enquanto forma de opressão; na colonização dos povos e territórios; na hegemonia do saber e/ou da ciência. De modo geral, do lado da linha visível encontram-se aqueles que existem e os que dominam. Como bem expõe Santos (2007, p. 73):

Os conhecimentos visíveis, são aqueles que se encontram deste lado da linha abissal e consistem basicamente naqueles dotados de cientificidade. Do lado oposto encontram-se [...] crenças, opiniões, idolatria, entendimentos intuitivos [...].

Logo, os sujeitos “invisibilizados” são aqueles que não adquiriram o status de conhecimento em virtude da inexistência posta pela linha abissal. Grosfoguel (2016), por sua vez, chama-nos atenção para o epistemicídio que se dá nas intuições de ensino superior, sendo esse um processo que nega e invisibiliza a produção de determinados povos, como os negros, índios, ciganos e mulçumanos, na contígua tentativa de anular e/ou negligenciar quaisquer saberes não-hegemônicos, sendo o epistemicídio um subproduto do colonialismo que se deu na invasão imperialista europeia sobre os povos da Ásia, da África e das Américas.

Notadamente, Sueli Carneiro (2005, p. 12) ensina-nos:

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta.

A referida autora nos faz inferir que o epistemicídio é um dos meios através do qual a dominação cultural e social, bem como os processos de negação do outro,

é produzida pelos grupos dominantes. Portanto, o epistemicídio dar-se-ia como mais uma das práticas de desqualificação da história, da memória, da intolerância religiosa, da desvalorização, das dificuldades no acesso ao mundo do trabalho, da evasão escolar das pessoas transexuais, da dizimação e da opressão, práticas que se mantêm e estruturam a violência, quer seja na materialidade dos corpos marcados pela diferença sexual, racial, de gênero, bem como no aniquilamento da subjetividade destes (CARNEIRO, 2005).

É nesse sentido que, ao se analisar as produções científicas no campo universitário, refletiu-se sobre as realidades que se entrecruzam entre lgbtfofia e epistemicídio, onde o preconceito, a discriminação e o estigma postulam-se diante de uma episteme europeia que se apresenta enquanto neutra e hegemônica, mas produz as classificações ontologizantes às populações colonizadas.

Nessa lógica Almeida (2018, p. 54) comenta:

A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar, salvo aquelas inseridas nas instituições em que a ciência é produzida. Isso, menos por uma questão de capacidade, mas por uma questão de autoridade. É da natureza da ciência produzir um discurso autorizado sobre a verdade.

Segundo o referido autor, os espaços universitários, as instituições religiosas, administrativas e a própria produção científica atuam em consonância com os discursos dos poderes e das táticas hegemônicas, especialmente no silenciamento das produções acadêmicas e nos controles dos corpos, a fim de conservar continuamente o privilégio do homem branco, heterossexual e elitista (ALMEIDA, 2018).

Butler (2018, p. 85) sobre essa questão pontua:

Se existe um corpo na esfera pública, presume-se que seja masculino e que não esteja apoiado em nada, sendo presumivelmente, livre para criar [...] e o corpo na esfera privada é feminino, envelhecido, estrangeiro ou infantil [...] de fato, quando os cidadãos do sexo masculino adentram a praça pública para debater questões de justiça, vingança, guerra e emancipação, eles tomam a praça iluminada naturalmente como o teatro arquitetonicamente delimitado se sua fala. E a sua fala se torna a forma paradigmática da ação, fisicamente isolada do domicílio privado, que é, por sua vez, envolto em escuridão.

Contudo, se o corpo é político como nos infere Butler (2018) é porque há um interesse fundamental na manutenção de tais privilégios, como bem diz Foucault (2013, p. 56), “que deve produzir na realidade uma justificação do poder e, ao

mesmo tempo, um fortalecimento desse poder”. Ou seja, é preciso haver os corpos dissidentes e excluídos no campo da sexualidade, especialmente, para que os discursos sobre seus corpos, saberes e modos de se relacionarem possam ser postos enquanto antinaturais, pecaminosos – corpos abjetificados e tomados enquanto artefatos da ciência apenas para fins de exclusão e de mortandade. Para que isso se dê, é preciso silenciá-los, sobretudo, no campo da episteme.

Frente a essas questões que se tomou como aparato metodológico a análise documental a fim de sistematizar a quantidade de dissertações e teses no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, bem como no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comportamento, que versassem sobre o tema LGBT e do enfrentamento da lgbtfobia, levando em consideração os trabalhos publicados nos últimos quatro anos (2016 a 2019). Esses programas são escolhidos por estarem intrinsecamente ligados às discussões que se transpõem desde os primeiros escritos dessa dissertação; a saber: a negação das políticas sociais e dos direitos da população LGBT; as mortes simbólicas e materiais em decorrência das ações lgbtfóbicas e o questionamento de como esses saberes, bem como os espaços universitários, têm se posicionado em suas relações sociais, se pelo uso da linguagem discursiva, seja ela institucionalizada ou não, frente ao corpo LGBT.

Nessa perspectiva metodológica, atenta-se para o processo discursivo que se dá tanto pela fala em si, quanto pela operacionalização da escrita. Logo, estar-se-á frente à análise daquilo que se mantém ou não. Isto é, na observância dos “fenômenos sociais que tenham como foco a tensão entre a universalidade e a particularidade, entre o consenso e a diversidade, com vistas a produzir uma ferramenta útil para transformações da ordem social.” (SPINK, 2004, p. 61).

Portanto, tais questionamentos só puderam se dar a partir das análises documentais. Nesse sentido, analisar um documento é de suma importância, como bem afirma Cellard (2008, p. 295):

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador [...]. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Spink (2004, p. 45) ainda ratifica:

É na tensão entre universalidade e particularidade que analisaremos documentos de domínio público, especificamente políticas públicas LGBT, entendendo-as como práticas discursivas. Tais documentos permitem identificar momentos de "ressignificações, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade.

Contudo, ainda é válida uma nota sobre os subsídios da referida pesquisa, que poderia ter se dado de forma mais concisa, caso esta pudesse ter sido realizada através das entrevistas como se expusera no momento da qualificação. Buscava-se, naquele período, discutir as questões acerca da compreensão da diversidade sexual e como essas viriam a ser problematizadas no âmbito universitário e/ou nos espaços de convivência universitária, da Universidade Católica de Pelotas – Ucpel. Isso poderia vir a se dar, a partir de entrevistas semiestruturadas com os gestores, professores e alunos, ou seja, a ferramenta metodológica dar-se-ia a partir da análise discursiva desses atores sociais, que se encaminhariam no sentido de entender como a noção de poder ligara-se aos discursos enquanto uma produção e reprodução acerca de uma verdade sobre os corpos LGBTs, bem como do fenômeno da lgbtphobia.

No entanto, com a pandemia do coronavírus, a tentativa de dar escuta aos discursos que se apresentariam nas entrevistas não pôde se dar, justamente pelo fato de que essa patologia é resultante de infecções respiratórias, cujo contágio pode ser através de pequenas gotículas que saem do nariz ou da boca, sendo transmitidas por aqueles que estejam com coronavírus através de espirros, saliva ou tosse. Diante disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) solicitou que todos os sujeitos se mantivessem em afastamento social para que não se expusessem ao vírus, como modo de se prevenir a dada infecção, que por ora não tem cura, nem tão pouco vacina. Logo, frente a essas questões, tornou-se inviável que as entrevistas ocorressem, sendo, portanto, preciso que a pesquisa se desse de outro modo.

Assim, optou-se que a mesma fosse reformulada acerca da metodologia, sendo realizada a partir de levantamento bibliográfico, cujas investigações no campo social dar-se-iam a partir de análise documental. É importante salientar, que tais documentos foram usados tanto para fins de contextualização histórica, cultural e

social, como para dar dizibilidade¹⁴ aos processos referentes à discussão acerca da questão da sexualidade, sobretudo, da manifestação dos processos lgbtfóbicos no espaço universitário, bem como seus pontos de inflexões.

Por conseguinte, com intuito de reiterar e dar uma sustentabilidade maior à pesquisa, ainda se fez importante analisar os documentos da Universidade Católica de Pelotas, a saber: O Projeto Pedagógico Institucional (PPI); o Programa de Pós-Graduação Saúde e Comportamento (PPGPSC) e seu regulamento e, ao fim, as Dissertações e Teses, bem como o regimento do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos (PPGPSDH), justamente por este último ser o programa ao qual a dada pesquisa está vinculada. Diante do “testemunho [...] de um passado recente” sobre o corpo LGBT, que a sistematização focou sobre a quantidade de trabalhos publicados e a área do conhecimento, dessa maneira, sendo encontrados apenas 02 trabalhos com as referidas temáticas no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, e nenhum trabalho no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comportamento, sendo isso observado no quadro abaixo:

TÍTULO	AUTOR	ÁREA DO CONHECIMENTO	ANO DE PUBLICAÇÃO
BULLYING HOMOFÓBICO E EDUCAÇÃO: possibilidades de superação de um preconceito.	TOMAZ NONTICURI DA SILVA	POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	2017
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTI EM RIO GRANDE.	BRUNA LUCAS CAUMO	POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	2018

Tabela 1 – Trabalhos encontrados no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos com a temática LGBT.

Mais do que a dada questão quantitativa, já que se observou que houve apenas duas dissertações no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos – PPGPSDH da Ucpel, que versassem sobre a população LGBT, é preciso pôr em evidência que há algo que escapa à produção acadêmica sobre o olhar daqueles que pesquisam e produzem no campo acadêmico. Ou seja, isto nos leva a induzir por que há poucos pesquisadores que têm se interessado pela

¹⁴“O saber é forma que opera por visibilidade e/ou dizibilidade, e o poder é força que se exerce enquanto estratégia molecular sempre em relação com outras forças.” (DELEUZE, 2005, p. 81).

temática da diversidade sexual no referido PPGPSDH da Ucpel? Seria porque essas discussões não têm se apresentado nos conteúdos programáticos? Porém, há de nos questionarmos também, inclusive a nível da propositura do dado programa, haja vista que este, ao atuar na perspectiva da Política Social e dos Direitos Humanos, só possui dois trabalhos acadêmicos, com discussões que se apresentam pouco difundidas, o que pode haver diante da pouca dizibilidade temática?

Sobretudo, no ano de 2017, já se anuncia no próprio Regimento do PPGPSDH/UCPEL (UCPEL, 2017), como uma das atribuições deste atender-se às produções e práticas sociais que se dão na contemporaneidade de modo a discuti-las no campo teórico como fomento de resistência aos processos de opressões, como bem se averigua, especificamente, no inciso VII:

Desenvolver a competência teórica, investigativa e técnica. Favorecendo a dimensão interventiva dos profissionais de Serviço Social e de áreas afins, com vistas ao enfrentamento das expressões atuais da questão social tanto no plano teórico, programático e jurídico como no fomento à resistência através dos movimentos sociais e populares (UCPEL, 2017).

Sobre a questão social, Castel (1999) ensina-nos que essa surge “do lugar que as franjas mais dissocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial” (p.31) Logo, saindo do princípio que as demandas sociais se dão na gênese conflitual entre capital e trabalho, sendo as expressões dessa a pobreza, a desigualdade social, o racismo estrutural, a violação do direito à cidade e a própria violência lgbtfóbica, a qual se perfaz no campo social, físico e psíquico.

Porquanto, são essas as expressões que se reiteram de modos diferentes na vida de cada população, em especial a população LGBT, em que os preconceitos e as desigualdades sexuais se interconectam com outras opressões, como a raça, a pobreza e o desemprego, e que, somados à ineficiência da rede pública de educação, saúde e proteção social, tendem a mantê-los diante à precarização de suas vidas (CASTEL, 1999).

Portanto, ao pensar a universidade e o próprio documento que gere o PPGPSDH/UCPEL (UCPEL, 2017), salienta-se: como enfrentar as expressões da questão social? Como resistir aos processos de opressões que se coadunam com o capital? Como atravessá-las, discuti-las no campo teórico, programático e jurídico, como bem salienta o dado regimento em outrora mencionado, quando essas se encontram em processo de indizibilidade?

Questionamentos esses que ressoam para além da reflexão em si, mas, sobretudo, enquanto denúncia daquilo que se apresenta emudecido no campo da construção epistêmica, bem como da prática no desenvolvimento das competências e intervenções dos profissionais de Serviço Social, do Direito, da Psicologia e dos próprios Pesquisadores que se embasam conceitualmente nas linhas de estudos e pesquisas da Política Social e dos Direitos Humanos.

Outro ponto importante a ser verificado nos documentos faz referência à Dissertação intitulada: “BULLYING HOMOFÓBICO E EDUCAÇÃO: possibilidades de superação de um preconceito”. Quando se depara com o quadro acima, já se apreende, especialmente, da referida dissertação, embora ambas as dissertações versem sobre a temática LGBT e isso se dê de suma importância para a academia, bem como para toda a sociedade civil, o enfrentamento à lgbtfobia e a aposta da construção de uma sociedade emancipatória e diversa. É preciso ainda pontuar que o autor, ao trazer a noção de “homofobia” em todo o texto por ele construído, e especificamente no sub-item “homofobia: o ódio contra homossexuais”, discutirá como as diferentes construções históricas sobre a noção de uma dada verdade sobre o corpo e a sexualidade vão ser pensadas em via de regra na lógica da dizimação, da precariedade e do aniquilamento físico e subjetivo da população LGBT.

Notadamente, ambas, em sua própria gênese “homofobia” e a “lgbtfobia”, constituem-se enquanto o medo, o asco e a violência contra todo sujeito que se encontra em dissonância com a heterossexualidade imposta. No entanto, o primeiro conceito “homo” precisa ser avançado, já que este se daria na reiteração das táticas e práticas que se traduzem nos próprios movimentos sociais e nas produções acadêmicas, que se implicaria na negação da diversidade sexual, corroborando de todo modo com os atos sexistas, racistas, transfóbicas, machistas e lesbofóbicas (KOEHLER, 2013)

Portanto, além dos questionamentos sobre a heterossexualidade, é pertinente que se questione também a homossexualidade e a homofobia enquanto parte de um vernáculo público e notório, que se apresenta como único modelo constituído frente à sexualidade e que goza de legitimidade. Ou seja, parece que as questões de gênero também se entrecruzam frente aos desprivilégios da sexualidade. As opressões dos outros sujeitos pertencentes à sigla, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros, não podem ser reduzidos apenas ao homem compreendido aqui

enquanto ser universalizante e, sobremaneira, quando se está em voga uma sociedade que se mantém à sombra do colonialismo e do patriarcalismo, como mais um dos elos de opressões que repousam sobre os corpos LGBTs.

Conforme o dossiê *“A violência contra a população trans”*, divulgado pelo Alma Preta¹⁵ (2019), cerca de 82% das pessoas transexuais são assassinadas no Brasil em função de sua sexualidade e sua cor. Nessa lógica, Foucault (1990) ensina-nos que as relações de poder que competem à sexualidade não se apresentam como o único instrumento de disciplinarização ou da instrumentalização do poder, mas servem como mais um dos elos que se articula a outras estratégias. Ele nos possibilita pensar que as expressões sexuais de gênero, diferentes do modelo falocêntrico (pênis), bem como os corpos racializados, como expõe Almeida (2018) ao se referir sobre o racismo estrutural, são opressões “sexualidade- gênero e raça” que se interseccionalizam no intuito de criar “zonas de morte”, como expusera Mbembe (2003). Isto é, pensar a violência lgbtfóbica na atual conjuntura social é entendê-la num entrecruzamento com outras opressões.

Por isso, embora a “homofobia” enquanto terminologia esteja em consonância a lgbtfobia, enquanto conceito precisa ser avançada, já que as opressões oriundas do corpo feminino e lésbico, por exemplo, são demarcadas tanto pela lgbtfobia, quanto pelo machismo. Servindo-se do mesmo exemplo, quando se está em voga o corpo transexual e negro, a lgbtfobia e o racismo estarão em pauta.

Logo, é preciso que se transcenda as discussões sobre a sexualidade de maneira a não reduzir os sujeitos e não reiterar formas de opressões, uma vez que há outros marcadores, como gênero e raça, por exemplo, que são estruturantes. Interseccioná-los se faz de suma urgência, especialmente no Brasil, que vive à sombra colonial do machismo, do patriarcalismo, do racismo e do sexismo, que se coadunam com a lgbtfobia a fim de mantê-los enquanto abjetos, enquanto não-sujeitos.

É preciso, então, que avancemos a nível teórico-crítico e apostemos num olhar interseccional, a fim de que se possa superar as disparidades estruturais sobre os corpos demarcados pela diferença e, assim, consigamos progredir na luta pela garantia de direitos sociais, jurídicos, econômicos e etc sobre a população LGBT.

¹⁵É uma agência de jornalismo especializado nas questões raciais.

Nessa mesma perspectiva, denota-se que o Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comportamento – PPGPSC/UCPEL, não apresenta nenhum trabalho que faça referência à população LGBT, uma vez que levou-se em consideração os trabalhos publicados nos últimos quatro anos, de 2016 a 2019. Ainda, saindo do pressuposto de que as ciências da saúde são áreas que se relacionam com a manutenção da vida e da saúde compreendida para além do corpo bioquímico, outra questão é posta: Por que a população LGBT não tem sido pauta ou analisada pela via das ciências da saúde e do comportamento?

As formas da expressão da sexualidade são assentadas por uma complexa interação de fatores, que inclui a própria saúde e o comportamento, como o modo como tais sujeitos se relacionam entre si e em sociedade; como se alimentam; como subjetivam ou não; suas dores psíquicas. É por isso que compreender a noção de saúde é entendê-la enquanto objeto de ação política e de justiça social, que intervém a respeito dos determinantes sociais da saúde, ¹⁶a qual em suma tem como princípio *sine qua non* a promoção de um tratamento equânime e de modo integral para todos os sujeitos, sobretudo, de modo a minimizar as vulnerabilidades a que dados grupos populacionais estão expostos. São essas as diretrizes que o Sistema Único de Saúde (SUS) exprime em todos os âmbitos federativos e que regulam em “tese” as perspectivas das ciências da saúde (BRASIL, 2010)

Ainda nessa lógica, o regulamento do PPGPSC/UCPEL, em seus incisos II, III, IV e V elucida enquanto suas atribuições o seguinte:

II- Subsidiar o aluno para identificar temas relevantes e delineamentos de pesquisas, coletar e analisar dados, redigir textos científicos e executar outros procedimentos necessários para a produção e divulgação do conhecimento;

III- Implementar e fortalecer as condições de pesquisa nas áreas de saúde e comportamento em Pelotas e região, mediante capacitação de pesquisadores;

IV- Propiciar dados que apoiem projetos de prevenção em Pelotas e região, criando condições para intervenções adequadas;

V- Propiciar aos professores- pesquisadores da Ucpel e de outras IES da região a possibilidade de consolidar e ampliar suas pesquisas pela criação de novos projetos (REGIME DO PPGSC, 2018).

O “subsídio do aluno na identificação de temas relevantes”; “fortalecer as condições de pesquisa na área da saúde”; “capacitação de pesquisadores”;

¹⁶Relaciona-se com às condições econômicas, culturais, étnicos/raciais, psicológicas e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde do sujeito no campo individual, bem como, em coletividade (BRASIL, 2010).

“projetos/condições adequadas” são alguns dos objetivos postos em pauta na compreensão da saúde e do comportamento enquanto Programa de Pós-graduação, sendo esses alguns dos requisitos para os profissionais que venham a atuar nessa área.

Considerando que o Brasil, conforme Mott (2002) e Transgeder (2019) já expuseram, encontra-se entre os países mais lgbtfóbicos do mundo e traz o enodamento entre saúde e comportamento, que se enlaçam com as questões sociais, sobreveio outra inquietação: trazer a pauta da discussão do corpo e da população LGBT no referido PPGPSC/UCPEL não seriam temas relevantes?

Ao se pensar os determinantes sociais de saúde, os temas relevantes e o fortalecimento da pesquisa, deve-se levar em consideração que a lgbtfobia apresenta-se tanto na indizibilidade da problemática no âmbito teórico, como pode vir a se dar na relação com a política pública de saúde e na atuação/capacitação dos profissionais. Portanto, reconhecer a população LGBT enquanto problema de saúde, e de saúde pública, é levar em consideração que esses corpos são construídos hegemonicamente pelo viés do preconceito, da negação de direitos e pela compulsória heteronormativa, que se apresenta nos serviços de saúde e que culmina no afastamento da dada população LGBT de seus próprios cuidados em saúde física ou emocional. Além disso, evitam, até mesmo, a busca por serviços e profissionais de saúde.

Como bem confirma os autores Freire *et al.* (2013, p. 477-484):

Pode-se identificar que o desrespeito ao uso do nome social, a discriminação e o preconceito relacionados com a identidade de gênero e com a orientação sexual, somados ao despreparo dos profissionais de saúde para lidar com o público LGBT, são responsáveis pelo absenteísmo e pelo afastamento dessa população aos serviços de saúde. A inabilidade dos profissionais de saúde para lidar com as demandas da população LGBT gera desapontamento com os serviços buscados, descontinuidade de cuidados em saúde e a não procura em outras ocasiões.

Para Santos (2017), a saúde não pode ser vista de modo solitário, mas entrelaçada às condições que envolvem o indivíduo e a sociedade. É sob tal perspectiva que o Estado, a Universidade e o próprio PPGPSC/UCPEL, na formação e capacitação acadêmica, podem vir a promover a saúde de modo integral, equânime e universal, sobremaneira, através de políticas sociais e econômicas que busquem minimizar a redução de doenças e a garantia da materialização do direito à saúde, através das estratégias de capacitação dos profissionais. Ou seja, se os elos

“teoria - promoção de saúde e capacitação profissional” se enodam a fim de promover a saúde sem diferenciação de sexualidade, raça, etnia ou gênero, por exemplo (BRASIL, 2009), por que a população LGBT tem se encontrando frente à negação de seus direitos? Isso salienta-se no debate teórico-acadêmico; numa inter-relação com a saúde; na discriminação frente ao nome social dos sujeitos transexuais ou ao despreparo dos profissionais de saúde para lidar com o público LGBT.

Essas provocações se dão no sentido de reiterar que os saberes, as produções científicas, as instituições e todo o emaranhado social não podem mais estarem a serviço dos processos reificantes de morte, que se perpetuam continuamente a fim de discriminar, estigmatizar os prazeres sexuais e os corpos demarcados por sexualidades outras. Assim, se faz necessário haver capacitação dos profissionais de saúde a nível teórico, já que a prática surge e se reproduz em unicidade com o que se estuda e naquilo que se vivência. Logo, é desse modo que as proposições de produções acadêmicas podem vir a auxiliar de modo direcionado/específico as reais necessidades e demandas da população LGBT. A alteração da gestão e da cultura institucional, de hospitais, consultórios, clínicas e demais serviços de saúde, assim como dos próprios Programas de Pós-Graduação, que têm como fim maior qualificar os profissionais e pesquisadores na área da saúde, são algumas das apostas possíveis frente ao enfrentamento à lgbtfobia.

Podemos inferir a partir desses dados que se esse processo de silenciamento da referida temática, por um lado, reitera a tradição filosófica ocidental que se baseia na produção do pensamento e/ou da ciência a partir da lógica do homem heterossexual, branco e europeu; por outro, mais do que emudecer os corpos demarcados pela diferença, reitera também opressões, favorecendo, assim, muitas vezes, um universo de marginalização e a indizibilidade da população lgbt no espaço universitário. A indizibilidade, dada o tema da diversidade sexual, ainda encontra-se em processo de resistência no meio universitário. Como consequência, a produção incipiente dessa temática produz a negação dos povos não brancos e não heterossexuais de construir ciência/saber e, desse modo, mantém os discursos, as ações e os estereótipos daqueles que se encontram na contramão da sexualidade heteronormativa. Assim, epistemicídio é mais uma forma de aniquilamento e silenciamento da dada população.

Dessa maneira, com as poucas discussões, debates e produções acadêmicas somadas à maneira que a mídia, a religião, a política e a sociedade como um todo reportam-se aos sujeitos lgbs, a indizibilidade, nesses espaços, corrobora significativamente com a política de morte que opera sobre essa população.

Em paralelo a tal questão, observou-se, através da leitura do Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Católica de Pelotas, que os principais objetivos da instituição referem-se aos aspectos políticos, filosóficos e teóricos metodológicos desta, assim como o que cabe aos discentes em sua matriz curricular, enfatizando os processos de ensino e aprendizagem.

Ou seja, a aprendizagem dos discentes caracteriza-se como função essencial da referida Universidade, tendo como missão os valores cristãos, a produção e a transmissão do conhecimento de maneira a formar profissionais éticos e compromissados a partir de sua atuação, seja no campo da saúde, da tecnologia ou da gestão, por exemplo, mas tendo todos como principal fim o serviço à comunidade. Já ao que se refere à visão da Universidade, o Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Católica de Pelotas valida-se no reconhecimento deste, enquanto um centro de conhecimento em educação, saúde, negócios e tecnologia, que tem como base a inovação na gestão sustentável e participativa, de maneira a sempre contribuir para a promoção social e cultural, assim como no desenvolvimento local e regional.

Reitera-se, assim, a importância de se refletir sobre os discursos e as relações de poder presentes no espaço universitário, uma vez que é preciso transcender a Universidade apenas como lócus de conhecimento ou de aprendizagem de um dado saber científico ou área de saber. Entretanto, é importante que a instituição venha a ser um campo de discussões, desconstruções e ações de políticas sociais que tendam a romper os mais variados meios de mecanismos de poder.

Sobre a Política Social, Pereira (2011) nos adverte que é preciso refletir sobre os discursos que permeiam esses espaços, assim como é importante buscar possibilidades de execução de ações e de políticas sociais que rompam com os vários meios de estruturas de poder, sejam estas expressas pela violência ou pela discriminação à comunidade LGBT. Justamente porque a política pública emerge como condição indispensável, há a necessidade dos governos de alinharem teoria política e prática política no sentido da equidade, de justiça e de desenvolvimento

social e político. Nesse sentido, considera-se que “[...] a política pública não é só do Estado, visto que para sua existência a sociedade também exerce papel ativo e decisivo; e o termo público é muito mais abrangente do que o termo estatal” (PEREIRA, p.94).

Assim sendo, o dado estudo justificou-se diante da relevância e da necessidade de estudos que contribuam para a discussão e dizibilidade da comunidade LGBT e da lgbtfobia que os envolve. Então, a partir dessa perspectiva, a dada pesquisa teve como fim pensar a questão do corpo inscrito através das relações de poder, em que a moralidade e a sexualidade são colocadas nos discursos e comportamentos de julgamento e de pré-conceitos. Logo, por ser imprescindível a formação humana, a relevância dessa temática é trazer à tona a reflexão da diversidade sexual e as questões da lgbtfobia no contexto universitário, principalmente numa sociedade que, a partir de crenças sociais e religiosas, impõe a heteronormatividade como a única forma possível e aceita de sexualidade. Além disso, visa discutir a ideia totalizante de direitos humanos e de humanidade que aparentemente parece não permitir que outras experiências e saberes possam ser levados em conta.

Buscou-se, a partir desses escritos, provocar, mesmo que minimamente, a reflexão das convicções hegemônicas que modelam e manipulam os discursos de poder com o intuito de sustentar uma ‘hierarquia das sexualidades’, tal qual Borrillo (2010) já sinalizou. Hierarquizações estas que classificam os sujeitos Lgbts como inferiores, animais, bestiais e antinaturais frente à reprodução da espécie.

Porquanto, a dada construção teórica teve como finalidade conduzir os leitores a um olhar sobre práticas discursivas que se interpelam pela noção de poder e sobre as formas de preconceito e discriminação que se manifestam pela via da lgbtfobia nos espaços sociais, sendo a universidade apenas mais um dos recortes que constituem esse emaranhado social.

Por isso, ressalta-se que a lgbtfobia não está somente engendrada na estrutura institucional compreendida enquanto um mecanismo das relações de poder-saber, ela perpassa essas, por estar em seus meandros capilares, por se amparar nas práticas positivas e repressivas sobre os corpos e os modos de se viver individualmente, bem como em toda coletividade.

Deve-se pensar, então, que essas questões se dão no âmbito institucional como lógica de ordenamento, classificação e manutenção de poder que se fazem

presentes nos órgãos escolares, nos universitários, nos espaços de saúde e nas instituições judiciárias. Com isso, Prado e Machado (2012, p. 71) assinala que:

O preconceito traz como perspectiva a redução dos dilemas sociais informando-nos sobre determinadas orientações valorativas que buscam dar e atribuir uma pretensa coerência às ações sociais. Isto acontece por meio de discursos cotidianos menos institucionalizados, como relações interpessoais, pensamentos cotidianos, relações de afeto, acolhimento ou recusa, mas também se materializa nas instituições públicas que sustentam leis gerais, normas e práticas governamentais.

Algo que opera na lógica da promoção das disparidades entre os sujeitos, de maneira a favorecer espaços de hostilidade toda vez em que a questão da diversidade sexual for supliciada, sobretudo, nas produções acadêmicas, nos discursos ou nos comportamentos. Assim, entendo que se deva dar uma maior importância à ação pedagógica acerca da temática, ou seja, é preciso que a Universidade, aqui constituída pelos gestores, professores, estudantes e demais funcionários, subverta a educação nos moldes impostos, que privilegiam uns e desprivilegiam outros em função de sua sexualidade, como bem explica Tomaz Silva (2017, p. 18):

A educação acaba por reproduzir todo o sistema presente na sociedade, que privilegia um sexo em detrimento do outro, que autoriza que meninos tenham passe livre para desempenhar determinadas funções, ao passo que as meninas são podadas. Tal fórmula é presente dentro do espaço [...] seja por meio do material didático usado pelos professores como forma de transmitir conhecimento aos alunos, seja dentro das próprias relações entre os múltiplos indivíduos que compõem este território.

Contudo, reitera-se que a pesquisa faz-se numa aposta contínua da reinvenção da Universidade, onde a Educação possa ser vista enquanto transformação social e possibilitadora de uma formação de sujeitos éticos, comprometidos com o social e, especialmente, com a diversidade. Universidade esta, onde se possa vir a afirmar a diversidade sexual enquanto potência criativa; que tenha em sua base curricular ampliações sobre o debate lgbt e sobre a diversidade sexual, o que inclui as próprias produções acadêmicas, tanto na graduação quanto na pós-graduação, assim como nas práxis dos gestores, professores, estudantes e funcionários. É necessário que as noções de respeito à diversidade e a valorização das diferenças, sejam elas no âmbito sexual, de gênero, de classe ou de raça, por exemplo, sejam validadas, visibilizadas.

Ao se reconhecer a existência da lgbtphobia, pode-se propiciar, a posteriori, a redução do impacto dessas violências e o preparo do espaço universitário através de políticas de acolhimento, debates, discussões e palestras, para que, assim, se possibilite que esses sujeitos sintam-se pertencentes a esse espaço, além de respeitados em suas individualidades, sobretudo, no que inclui suas sexualidades. Integrar, respeitar e acolher são também papéis fundantes da Universidade no que se refere à contribuição e à promoção social. Ora, se a contribuição e a promoção social estão inclusas enquanto uma das missões da Universidade Católica de Pelotas, essas se interligam diretamente com as propostas acima supracitadas, as quais fazem referência ao respeito e à produção de espaços onde a diversidade sexual se faz pauta, assim como a aposta de uma reinvenção dos espaços universitários.

Dito isso, chega-se ao ponto de inflexão que se constrói na possibilidade de mudança no espaço universitário, a passos curtos, mas como um respiro a esse novo “tempo” e, portanto, salienta-se que no dia 26 de junho, considerado o “Dia do Orgulho LGBT”, quando ativistas dos direitos humanos, movimentos sociais LGBTs, Anistia Internacional brasileira, Ongs, dentre outras instituições pelo mundo, celebram a luta desses sujeitos que se mantêm resistentes frente a uma sociedade que insiste em estigmatizá-los e violentá-los. Nesse 26 de junho de 2020, a Universidade Católica de Pelotas abre uma nota em suas redes sociais reforçando o comprometimento em “lutar lado a lado com quem, todos os dias, sente na pele as dores e angústias de viver em um país preconceituoso e violento”. Sobre isto, Foucault (1990, p. 14) nos alerta: “O problema não é mudar a consciência das pessoas ou o que elas têm na cabeça, mas, o regime político, econômico, institucional de produção da verdade”. Desta forma, torna-se relevante que a Universidade venha a ser compreendida em sua prática como um local fundamental no processo de mudança sociocultural, por justamente ser um terreno frutífero para a construção de respeito e de equidade no que condiz à pluralidade e/ou diversidade.

Bortolini (2012, p. 15) reitera:

[...] o que propomos é não um modelo ou um caminho único, mas uma trajetória de experimentações que nos faça caminhar da curiosidade ingênua à epistemológica, da inclusão à crítica estrutural, do tema adicional à perspectiva. E essa construção não virá apenas de pesquisas, mas terá de ser feita articulando os conhecimentos produzidos pelo campo

acadêmico, as construções e o acúmulo dos movimentos sociais e as práticas inovadoras de educadores e educadoras. Uma construção que só será possível tentando, errando, acertando, refletindo, repensando, criando e recriando nossas práticas e a nós mesmos/as.

Pautando-me nesses referenciais, venho desenvolvendo a dissertação, no âmbito da pesquisa científica, para se pensar o contexto universitário como um espaço de afirmação político e de constituição desses atores sociais, uma vez que a universidade de modo geral, enquanto lugar do exercício do poder, vem a ser parte do problema frente à lgbtfobia quando tenta silenciar estes corpos, quando discrimina ou pratica a violência lgbtfóbica.

Portanto, a dada pesquisa, nos convida a refletir também, que embora haja um processo de indizibilidade notória nas discussões sobre o referido tema, ainda assim, ao se pensar a Universidade Católica de Pelotas e o Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, especialmente, nos anos de 2017 e 2018, estes abrem uma fenda importante ao que compete o “indizível”, precisamente, ao trazerem dois trabalhos de dissertação que versam sobre a população lgbt.

Isto é, a universidade, pode ser também parte da solução, quando estabelece discussões sobre a temática LGBT, a fim de se desconstruir as pressões e preconceitos sociais, frente às normatividades sexuais. E por isso, que a academia precisar se (re) pensar e trazer para si a responsabilidade de encarar a temática da discussão da sexualidade e da mortificação que opera sobre os corpos lgbts, para que dessa forma, outros direcionamentos frente a transformação social possam ser dados, sobretudo, em função do direito desses corpos existirem, na valorização de suas vida a fim de que, venha a ser este um espaço universitário onde a produção de vida opera e também, um ambiente mais favorável à convivência e ao respeito às diversidades, sobremaneira, as sexuais numa interseccionalidade com as raciais, de classe e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Próximo ao fim dessas escritas claudicantes, já que elas não se findam em si, justamente porque alguns questionamentos ainda podem ser ressoados, como: de que modo a vida, o direito à cidade e a dignidade são minorados ou negados a determinadas pessoas em função da sua sexualidade? E o que há nos corpos marcados pelas diferenças, sobretudo, aqueles marcados pela diferença sexual que atrai tanto ódio e violência?

Denota-se, desse modo, que mesmo com as lutas dos movimentos sociais LGBT's, que se iniciam no Brasil nas décadas de 60 e 70 e que são de suma importância para as discussões na luta emancipatória sobre a sexualidade, estes ainda se constituem enquanto corpos marcados pela diferença frente à sexualidade heteronormativa. Por isso que a dada questão tem influído na cena pública, em busca de uma contígua transformação frente às opressões e aos valores que os demarcam. Assim, frente à complexidade da temática, a pesquisa teve como objetivo compreender como o poder apresenta-se como uma técnica de regulação e expropriação da vida da população lgbt, sendo esse pensando, a priori, a partir da noção foucaultiana da biopolítica e do biopoder e, a posteriori, ao lançar o olhar para a América-Latina, compreendido enquanto regulação da vida, mas, pelo viés da política da morte que se regula pelo aparelho estatal. Isto é, o necropoder se apresenta no extermínio de corpos específicos, a saber: negros, mulheres e lgbts, sendo o uso ilegítimo do poder apresentado na naturalização dos atos de violência e na omissão social desta, a qual corrobora diretamente com a perpetuação da lgbtfobia.

Ergue-se, assim, a extrema urgência em construir práticas discursivas em que não se leve em consideração a universalidade dos corpos, dos prazeres e dos modos de existir. Mas, seu contrário, uma vez que a subjetividade¹⁷ e a diversidade sexual possam ser entendidas no campo da formação de uma ética pela alteridade, e talvez seja esta uma passagem e/ou um caminho, tendo em vista que o(a) outro(a) não exige permissão para existir. Porquanto, Carbonari (2007) nos convida a pensar acerca dessa ética da alteridade enquanto tentativa de tomar o Outro como sentido do humano e não, somente, enquanto oposto do mesmo. Para ele, “uma ética capaz

¹⁷Espaço unívoco, íntimo de cada indivíduo, logo, aquilo que é contrário a universalidade e/ou universalização (MAHEIRIE, 2002).

de tal posicionamento há que ter em seu núcleo a alteridade, o que significa compreender o humano e sua ação substantivamente como relação” (CARBONARI, 2007, p. 174)

Porquanto, a referida dissertação apresenta-se enquanto uma documentação cuja rebeldia se produz numa episteme que se entrelaça pela necropolítica e pela biopolítica dos corpos lgbs, corpos errantes, rebeldes e que se fazem resistir. E fora pensando no desencarceramento do corpo lgbt, em que a desobediência é configurada, como parte da produção da vida desses corpos que transgridem e cuja imanência do desejo pode vir a realizar-se. Nesse sentindo, é na tessitura dessas palavras que se encontra a aposta de caminhos outros, que a priori surgem enquanto denúncia aos padrões hegemônicos que subtraem de múltiplas formas os corpos onde a diversidade sexual se perfaz. Além, disso, é importante que esses mesmos ditos sejam postos enquanto efeitos de resistência, de luta política num contra-poder às técnicas disciplinares que se apresentam por tais corpos, uma vez que estes possam ser pensados e refletidos rumo à criação de uma nova prática através da qual a diversidade sexual possa operar.

Nessas escritas latejantes, é notório que sobre a população lgbt ainda há uma grande luta a ser travada para que a vida, os corpos, os prazeres e os direitos sociais, políticos, jurídicos, dentre outros, sejam reconhecidos de modo inquestionáveis. Diante disso, reafirmo que esses corpos importam, que essas vidas continuam a reexistir e que essa dissertação, mais do que provocar um processo de descolonização do pensamento e de uma consciência plural, diversa e equânime, possa, também, florescer mesmo em meio à terra árida que se apresenta em nossos dias atuais.

Findo assim, sendo grata a todos que me atravessam, aos que caminham comigo, aos que me ensinam, aos corpos errantes, cuja cor, sexualidade e gênero têm se mantido vivaz, mesmo em meio ao caos. A vocês, meu muito obrigada!

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Sílvia. **Fazer-se no "Estado"**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. 2014. 391 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMA PRETA. A violência contra a população trans. **Alma Preta**. 2019. Disponível em: < <https://almapreta.com/editorias/realidade/segundo-dossie-82-das-pessoas-transassassinadas-no-brasil-sao-negras>>. Acessado em 06 de outubro de 2020.

ARTAUD, Antonin. Para acabar com o julgamento de Deus. In: WILLER, C. (tradução, seleção e notas). **Escritos de Antonin Artaud**. Porto Alegre: L&PM, 1983. p. 145-162.

Brasil. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília: MS. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.planejamento.gov.br/xmlui/handle/123456789/1006>>. Acessado em 12 de outubro de 2020.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. 2013. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf>> Acesso em: 10 de abril de 2020.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2013**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. 2016. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf>>. Acessado em 30 de outubro de 2020.

BRASIL, Secretaria de Atenção à Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 26: Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. Brasília: MS. 2010.

BASTOS, Liana Albernaz de Melo. **Eu-corpando: o ego e o corpo em Freud**. São Paulo: Escuta Ltda. 1998

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond. 2006.

_____. Politizar o abjeto: dos femininos aos feminismos. In: MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wedna (Org.). **Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. p. 357-371.

BOFF, Adelaide Bersch. Da norma à vida: a violenta padronização do ethos. In: MARTINS, Jasson da Silva (Org.). **Ética, política e direito: inflexões filosóficas**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2008. p. 189-204.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, 1. ed. 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner, 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola - Uma perspectiva Intercultural e Interrelacional. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XI, n. 123, p.27-37, ago. 2011.

_____. Sexualidade, Gênero E Diversidade: Currículo E Prática Pedagógica. **VI Congresso Internacional De Estudos Sobre A Diversidade Sexual E De Gênero Da Abeh**. 2012. Disponível em: <http://diversidade.pr5.ufrj.br/images/BORTOLINI_Sexualidade_g%C3%AAnero_e_diversidade_-_curr%C3%ADculo_e_pr%C3%A1tica_pedag%C3%B3gica_-_Anais_ABEH.pdf>. Acessado em 30 de agosto de 2020.

BRITZMAN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p.71-96, jan./jun. 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar, 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Trad.: Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015

_____. Corpos que ainda importam. In: COLLING, Leandro. (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 19-42.

_____. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CABRAL, Vinicius; ORNAT, Marcio José; SILVA, Joseli Maria. As relações entre espaço, violência e a vivência travesti na cidade de Ponta Grossa – Paraná - Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, Volume Especial, n.35, p.118-135, 2013.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASANOVA, Pablo González. El colonialismo interno. **Sociología de la explotación**. p. 185-205, 2006. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica Trans: Diálogos Sobre Dispositivos De Poder, Morte E Invisibilização Na Contemporaneidade. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 27, n. 2, jun. 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/tce/v27n2/0104-0707-tce-27-02-e3770017.pdf>>. Acessado em 12 de julho de 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Área Filosofia da Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CHAVES, Ernani. **Foucault e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

CECCARELLI, Paulo. Uma breve história do corpo. In: Lage, Elane Soares Neves; Tardivo, Leila Salomão de La Plata Cury. (Org.). **Corpo, alteridade e sintoma: diversidade e compreensão**. São Paulo: Vetor, 2011, p. 15-34.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**, v. 295. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 2010-2013.

CEVASCO, Rhittée. Lo irreductible del malestar y las lógicas de segregación. De la modernidade feminina a la escena educativa. **Diploma Superior em Psicoanálisis y Prácticas Socio-Educativas**. Argentina: FLACSO, 2010.

DA BAHIA, Grupo Gay. **Relatório 2016 - Assassinato de LGBT no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2017/01/24/relatorio-de-2016/>>. Acessado em 10 de outubro de 2020.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. Empirismo e Subjetividade. São Paulo: Editora 34, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Como criar para si um corpo sem órgãos. In: _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto et al, v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004, p. 9-29.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DERRIDA, Jacques. **A universidade sem condição**. Trad. Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Coordenação e edição: Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FLEURY, Alessandra Ramos Demito; TORRES, Ana Raquel Rosas. **Homossexualidade e preconceito: o que pensam os futuros gestores de pessoas**. Curitiba: Juruá, 2011.

FIORIN, José Luiz. Os aldrovandos Cantagalos e o preconceito lingüístico. In: SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (Org.). **O direito à fala: a questão do preconceito linguístico**. Florianópolis: Insular, 2000, p. 23-37.

FOUCAULT, Michel. (1973-1974). **O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France**. Martins Fontes, 2006.

_____. (1975-1976). **Em defesa da sociedade: curso no College de France**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. (1976-1988). **Enfermement, psychiatrie, prison**. In : **Dits et Écrits II. France**: Quarto Gallimard, 2005, p. 332-361.

_____. (1977). **Vigiar e Punir: História das violências nas prisões**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. (1978). **História da loucura na idade clássica**. trad. José Teixeira Coelho Netto. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

_____. **História da Sexualidade: A vontade de saber**. vol. I. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **O corpo utópico, As heterotopias**. Tradução Salma Tannus, Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FREIRE FILHO, João. Mídia, estereótipo e representação das minorias. **Eco-Pós**, v.7, n. 2, p. 45-71, ago./dez. 2004.

FREIRE, Eduardo Corsino. *et al.* A clínica em movimento na saúde de TTTS: caminho para materialização do SUS entre travestis, transsexuais e transgêneros. **Saúde debate**, v. 37, n. 98, p. 477-484, jul./set. 2013.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. **Um caso de Histeria, Três Ensaios Sobre a Sexualidade e outros Trabalhos (1901-1095)**. Rio de Janeiro: Imago, 1980, p. 119-209. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).

_____. (1915). Pulsões e destinos da pulsão. In: _____. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**, v. 1, p. 133-173. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 24. ed. 2003.

GONÇALVES, Eliane. Você é fóbico? Uma conversa sobre democracia sexual. **Jornal da Rede Saúde**, n. 24, p. 13-15, dez. 2001.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>>. Acessado em 26 de agosto de 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB) (Org.). **Assassinatos de LGBT no Brasil: Relatório 2015**. Salvador, 2016. 17 p. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2>>. Acessado em 26 de outubro de 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>. Acessado em 22 de outubro de 2020.

JERÔNIMO, Melissa. **O lugar da homossexualidade hoje: Fundamentos históricos**. Monografia (Bacharel em Psicologia). Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 261, 1997. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/>>. Acessado em 08 de junho de 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: Editora da FURG, p. 59-69, 2007.

_____. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidade**. Natal, v.1, n.1, p. 145-165, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256/1689>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2019.

_____. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MILSKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. (Org.). **Discursos fora da ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos**. São Paulo: Annablume, 2012, p. 277-305.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. Homofobia, Cultura E Violências: A Desinformação Social. **Interacções**, n. 26, p. 129-15, 2013 – Número Especial. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/3361>>. Acessado em 16 de junho de 2020.

KILOMBA, Grada (2010). **A Máscara**. Traduzido por Jéssica Oliveira de Jesus. Biblioteca do Comum, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadocomum.org/items/show/90>>. Acessado em 21 de julho de 2020.

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais: Caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária da Ufpe, 2013.

LACAN, Jaques. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 96-103.

LAZZARINI, Eliana Rigotto; VIANA, Terezinha de Camargo. O corpo em psicanálise. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 241-250, 2006.

LORDE, Audre. There is no hierarchy of oppression. **Dangerous liaisons: blacks, gays and the struggle for equality**, Nova Iorque: Oxford University Press, v. 14, n. 3/4, p. 156-157, 2009.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MACHADO, Roberto. (Org.). **Microfísica do poder**. Edição com base em textos de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 249-281, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010483332005000100012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em 22 de julho de 2020.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 31-44, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072002000100003>. Acessado em 30 de setembro de 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

_____. (2011). **A universalidade de Frantz Fanon**. Cidade do Cabo. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/da-fala/a-universalidade-de-frantz-fanon-de-achille-mbembe>>. Acessado em 30 de agosto de 2020.

_____. **Políticas da Inimizade**. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores. 1. ed. 2017.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MOTT, Luís. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? In: CORRÊA, Mariza. (Org.) **Seminário Gênero & Cidadania: Tolerância e Distribuição da Justiça**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp, 2002, p. 143-156.

MORAES, Camila de Freitas. Esse corpo que habito não é meu? In: RIBEIRO, Cristine Jaques (Org.). **Diálogos da cidade**: experimentações coletivas [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, p. 95-112. Disponível em: <https://3c29074253df4d6fb12f6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_0cae5a4e710242b6b7ee585b57cf543c.pdf>. Acessado em 20 de outubro de 2019.

MUCHAIL, Salma Tannus. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In: RIBEIRO, Renato Janine. **Recordar Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 196-208.

NALLI, Marcos Alexandre Gomes. Édipo Foucaultiano. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 109-128, nov. 2000.

NATIVIDADE, Marcelo. Psicologia, laicidade e diversidade sexual. **Psicologia e diversidade sexual**: desafios para uma sociedade de direitos. Conselho Federal de Psicologia – Brasília: CFP, 2011, p. 145-153.

NOGUEIRA, S.N.B.; BENEVIDES, B.G. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. ANTRA e IBTE. 2019. Disponível em:

<<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acessado em 03 de outubro de 2020.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdufScar, 2009, p. 21-26.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

OLIVEIRA, João Manuel de. A Necropolítica E As Sombras Na Teoria Feminista. **Ex æquo**, n. 29, p. 69-82, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n29/n29a06.pdf>>. Acessado em 20 de junho de 2020.

PAOLETTI, Bianca. **Homossexualidade**: um lugar na cultura e na psicanálise. São Paulo, 2007. 69f. Monografia (Bacharel em Psicologia). Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18524/2/Bianca%20Paoletti.pdf>>. Acessado em 08 de junho de 2020.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MARTINS, Daniel Arruda; ROCHA, Leonardo Tolentino Lima. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. **Bagoas**, v. 3, n. 4, p. 209-232, 2009. Disponível em: <https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art11_pradomartinsrocha.pdf>. Acessado em 12 de maio de 2020.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PRECIADO, Beatriz. (2011). Multidões Queer – Notas para uma política dos 'anormais'. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002>. Acessado em 24 de setembro de 2020.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PISETTA, Maria Angélica Augusto de Mello. Discurso e gozo: Psicanálise e sociedade. **Ágora**: Estudos em Teorias Psicanalíticas. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, jan. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/agora/v19n1/1809-4414-agora-19-01-00021.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social**: temas & questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Amanda Karoline De Oliveira; Silveira, Lia Carneiro. Transfobia E Abjeção: Diálogos Possíveis Entre A Psicanálise E A Teoria Queer. **Ágora: Estudos em Teorias Psicanalíticas**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 66-74, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151614982020000100066&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acessado em 10 de abril de 2020.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: _____. (Org.). **Em Defesa dos Direitos Sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2007, p. 24-48.

_____. **O Conceito de Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais**. Semana de Direitos Humanos da UFCSPA: Combate à Homofobia e Promoção da Diversidade, 2011.

SANTOS, Richard. A Maioria Minorizada No Mercado De Trabalho: O caso do Distrito Federal e o embranquecimento. In: CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. **LGBTfobia e Racismo no Mundo do Trabalho**. 2017, p. 13-20. Disponível em: <<httpswww2.camara.leg.br>>. Acessado em 20 de setembro de 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para Além Do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais A Uma Ecologia De Saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez, 2007, p. 3-46.

SILVA, Filipe Antonio Ferreira da. O Debate Da Lgbtfobia Na Anped: Epistemologias Do Arco-Íris. **Revista Sociais & Humanas**, v. 30, n. 3, p. 91-110, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/231144171.pdf>>. Acessado em 20 de agosto de 2019.

SILVA, Tomaz Nonticuri. **Bullying homofóbico e educação: possibilidades de superação e preconceito**. 2019. 172f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <<http://pos.ucpel.edu.br>>. Acessado em 22 de outubro de 2019.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 123-153.

SOUZA JUNIOR, Paulo Fernando Mafra de. **O silêncio e o segredo do cabeça de cuia: violência contra gays, homofobia e militância LGBT no Vale do Rio Guaribas**. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p.9-29, 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2017000100009&script=sci_abstract&lng=pt>. Acessado em 24 de setembro de 2020.

TILIO, Rafael de. Teorias De Gênero: Principais Contribuições Teóricas Oferecidas Pelas Perspectivas Contemporâneas. **Gênero**. Niterói, v. 14, n. 2, p.125-148, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31193>>. Acessado em 24 de maio de 2020.

TRANSGEDER EUROPE. **Violência e Discurso de ódio**. 2020. Disponível em: <<https://tgeu.org/issues/violence-hate-speech>>. Acessado em 10 de agosto de 2020.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS – UCPEL. Reitoria. **Resolução Nº 365, de 26 de outubro de 2017**. Revoga a resolução nº 299 e coloca em vigor o novo regimento do Programa de Pós-Graduação em Políticas Social. Pelotas: Reitoria. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2017/10/NOVO-REGIMENTO-PPG-PS-Resolu%C3%A7%C3%A3o_365.pdf>. Acessado em 24 de setembro de 2020.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no ocidente cristão**. São Paulo: Ática, 1992.

VECCHIATTI, Paulo. Constitucionalidade (e dever constitucional) da classificação da homofobia e da transfobia como racismo. In: DIAS, Maria Berenice. **Diversidade sexual e direito homoafetivo**, 2. ed. Porto Alegre: Revista dos tribunais, 2011, p. 511-528.